

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

**EVOLUÇÃO DAS RECEITAS, DESPESAS E DÍVIDA
PÚBLICA DE SANTA CATARINA: 1964 A 1999**

MARCIA NUNES BURGUGI BRASIL

FLORIANÓPOLIS – SC
2001.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

***EVOLUÇÃO DAS RECEITAS, DESPESAS E DÍVIDA PÚBLICA
DE SANTA CATARINA: 1964 A 1999***

Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas para obtenção de carga horária na disciplina CNM 5420- Monografia.

Por: Márcia Nunes Burgugi Brasil

Orientador: Prof. João Rogério Sanson

Área de Pesquisa: Finanças Públicas

Palavras-chaves: Orçamento Público
Receitas e Despesas
Dívida Pública

FLORIANÓPOLIS, JULHO DE 2001.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 7.0 a aluna Márcia Nunes Burgugi Brasil na disciplina CNM - 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:



Prof. Joao Rogério Sanson
Presidente



Prof. Luiz Carlos de Carvalho Junior
Membro

Prof. Roberto Meurer
Membro

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer aos meus pais Paulo e Nádia que sempre incentivaram meus estudos, encorajando e me apoiando em tudo que necessitei.

Ao meu avô Dom Ismael Nunes pelo carinho, apoio e auxílio.

Ao meu esposo Jean Brasil, pelo seu amor, incentivo e compreensão nos momentos mais difíceis.

Aos meus irmãos Marcelo e Eduardo pelo carinho.

Ao meu orientador Prof. João Rogério Sanson, pelo apoio e pela força que me concedeu em todos os momentos em que precisei e a todos aos professores docentes.

Aos meus familiares, amigos e colegas, que estiveram presentes durante todo o curso, pelo incentivo e colaboração.

A Deus por ter iluminado minha caminhada e por colocar pessoas no meu caminho que compartilharam na elaboração e trajetória dos meus estudos.

A todos, o meu muito obrigado e expresso aqui todo o meu reconhecimento e todo o meu amor.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS.....	v
LISTA DE ANEXOS.....	vi
CAPÍTULO I	
<i>PROBLEMÁTICA</i>	1
1.1 – Introdução.....	1
Objetivos.....	4
1.1.1 – Geral	4
1.1.2 – Específicos.....	4
1.3 - Metodologia	4
CAPÍTULO II	
<i>ECONOMIA BRASILEIRA E CATARINENSE</i>	6
2.1 – Economia Brasileira.....	6
2.2 – Economia Catarinense.....	12
CAPÍTULO III	
<i>A SÉRIE COMPLETA DE RECEITAS E DESPESAS</i>	18
3.1 - Receitas Orçamentárias.....	18
3.2 - Despesas Orçamentárias	30
CAPÍTULO IV	
<i>A DÍVIDA PÚBLICA E O DÉFICIT</i>	42
4.1 – A Evolução da Dívida Pública	42
4.2 – A Evolução do Déficit	48
5 - CONCLUSÃO	50
ANEXO A.....	56
ANEXO B.....	57
ANEXO C	58
ANEXO D.....	61
<i>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</i>	51

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 -	SANTA CATARINA – GOVERNO ESTADUAL.....19 EVOLUÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA RECURSO DO TESOIRO 1964 – 1999
TABELA 2-	SANTA CATARINA – GOVERNO ESTADUAL.....31 EVOLUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA RECURSO DO TESOIRO 1964 – 1999
TABELA 3-	SANTA CATARINA – GOVERNO ESTADUAL.....46 EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA RECURSO DO TESOIRO 1964 – 1999

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A -	INDICES UTILIZADOS PARA ATUALIZAR A SÉRIE56 HISTÓRICA DAS RECEITAS E DESPESAS E DÍVIDA DO ESTADO DE SANTA CATARINA – RECURSO DO TESOURO 1964-1999.
ANEXO B -	SANTA CATARINA – GOVERNO ESTADUAL 1964 – 1999.....57 EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA – RECURSO DO TESOURO
ANEXO C -	SANTA CATARINA – GOVERNO ESTADUAL 1964 - 199958 EVOLUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA - RECURSO DO TESOURO
ANEXO D-	SANTA CATARINA – GOVERNO ESTADUAL 1964 – 1999.....61 EVOLUÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA - RECURSO DO TESOURO

CAPÍTULO I

PROBLEMÁTICA

1.1 Introdução

O tema que escolhi foi a construção de uma série mais longa de receitas e despesas do Setor Público de Santa Catarina, de forma abrangente serão analisados alguns aspectos da economia do Estado de Santa Catarina no período de 1964 a 1999, relatos e dados condizentes com os problemas vividos em cada época; e para situar a economia catarinense num contexto mais amplo, daremos um rápido enfoque na história da economia brasileira e sua evolução.

Veremos que existiram períodos de estagnação e expansão ao longo deste período, no qual encontramos várias diversidades políticas, econômica e social, que promoveram uma instabilidade econômica por mais esforços que o povo e os políticos tentam minimizar a problemática.

Na primeira metade do século XIX¹, a economia estava estagnada, devido a exaustão da mineração e a queda dos preços do açúcar e algodão; já na segunda metade, a economia sofreu modificações e expandiu em virtude da produção do café, a adaptação das culturas em São Paulo, os altos preços e a abundância de terra e mão de obra existente nesta época.

No período de 1822 a 1930 existiram várias crises. Nesta época, o produto primário era exportado juntamente com alguns outros de interesses menores para o mercado internacional; sendo assim, existia uma grande dependência do exterior. Em 1870, houve a crise de mão-de-obra na cafeicultura e a solução do governo foi trazer colonos europeus para o país; em 1904 houve a crise de superprodução de café onde o governo começou a exigir impostos sobre as sacas de café exportado, diminui a produção e tomando empréstimos externos; em 1929 teve-se a crise mundial da Bolsa de New York onde o governo desvalorizou o câmbio, tiveram vários créditos inflacionários para a compra de

¹ Baseado nas anotações do caderno de Economia do Setor Público, Professor Francisco Cordeiro, 1996.

excedentes, destruiu todo seu estoque e trocou o café por trigo, mais tarde deflagrou-se devido a este problema, que balançou o mundo e sua economia o início da segunda guerra mundial que durou até 1945 e daí por diante a economia mundial vem tendo seu encaixes econômicos de acordo com cada país.

Desde a década de 30 e depois da grande crise econômica mundial, houve um colapso financeiro do setor público, principalmente com a crise de 1964. Formou-se no Brasil um pânico econômico e político devido à pressão inflacionária que diariamente não se continha; o regime militar sufocava qualquer reação ao sistema, tendo nesta época a indexação da economia e o achatamento salarial.

Nos anos 70, com a crise no gerenciamento do Estado existiram várias questões que elevaram a dívida pública do Estado de Santa Catarina, motivados por diferentes governos; a crise fiscal elevou de maneira explosiva as dívidas tanto interna quanto externa e o déficit público.

O que determinou esta crise foi:

“O elevado grau de intervenção do Estado no mercado por meio de empresas estatais, cujo apogeu se deu nos anos 70; a adoção de um modelo de crescimento econômico financiado com o endividamento externo (II PND); a estatização da dívida externa (ocorrida na segunda metade dos anos setenta); a crise da dívida externa, decorrente do choque dos juros internacionais (entre 1979 e 1981); e a corrosão inflacionária das receitas tributárias” (COSTIN, 1998,p1)

Em 1994 houve um novo plano de governo do qual o seu maior objetivo era estabilizar a moeda brasileira assim equiparando o Real ao Dólar.

E como este trabalho tem como objetivo maior à construção da série das receitas e despesas de 1964 a 1999 em Santa Catarina, bem como analisar a evolução da dívida pública e o déficit; esplanarei ainda melhor no capítulo I o objetivo deste trabalho assim como sua metodologia.

No capítulo II, dissertarei sobre alguns aspectos do desenvolvimento da economia brasileira e catarinense, mostrando seus planos e programas brasileiros e os governos catarinenses, que sejam redundantes para que eu conclua o meu objetivo.

No capítulo III, demonstrarei a série completa de Evolução Receitas e Despesas Orçamentárias de Santa Catarina do período de 1964 a 1999.

No capítulo IV analisarei a evolução da dívida e seus déficits; e por fim concluirei falando de alguns aspectos importantes correlacionados neste trabalho.

1.2 – Objetivos

1.2.1 – Geral

Apresentar a série completa de Despesas e Receitas do Estado de Santa Catarina de 1964 a 1999 e fazer uma análise da evolução da dívida do Estado e a sua relação com déficit público.

1.2.2 – Específicos

Em termos mais específicos , pretende-se:

- Demonstrar a evolução das receitas e das despesas contabilizadas na Administração Pública Catarinense relativa ao período de 1964 a 1999;
- Analisar como se deu a evolução da dívida em relação ao déficit do Estado.

1.3 Metodologia

Este trabalho foi elaborado com intuito de construir uma série mais longa das receitas e despesas orçamentárias de Santa Catarina, fazendo um estudo da dívida pública e o déficit.

Houve a necessidade de obter-se levantamentos específicos, efetuados junto aos Balanços Gerais do Estado, referentes aos exercícios de 1964 a 1999; sendo que os dados brutos 1986 a 1999, foram coletados da monografia de Goulart (2000), do qual

tive como base completar a série desde 1950, porém os balanços do Estado tiveram uma modificação de apresentação e nomenclatura em 1963, então achamos por bem começar a coleta em 1964. Este trabalho tem o propósito de continuar a pesquisa de SANSON, SEABRA (1998).

Tive como fonte o recurso do Tesouro do Estado e o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina; todos os dados da série como a receita orçamentária, a despesa e a dívida pública, foram coletados em moeda da época, e ajustados de acordo com a série Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP - DI/ Médio) da Fundação Getulio Vargas, do qual se tinha somente a base do IGP-DI em 1994 e foi transformada para 1999; os dados brutos foram multiplicados pelo IGP-DI do ano base que era 1999, que por sua vez eram dividido pelo IGP-DI do ano analisado e novamente dividido pelo valor CR\$ 2750,00 (valor da URV em 30.06.94) mais a quantidade de zeros equivalentes às moedas anteriores, para que os valores fossem transformados em Real com base em 1999; para que houvesse uma comparação entre as informações dos períodos anteriores ao Plano Real com os atuais.

Realizou-se também uma investigação com base em referenciais teóricos bibliográficos relacionados a finanças públicas.

E enfim podemos relatar a dificuldade de conseguir os dados, pois muitos balanços estão perdidos e muitos estão em microfilmes, pois são muito antigos; mas mesmo com toda a dificuldade pode-se terminar este trabalho com êxito.

CAPÍTULO II

ECONOMIA BRASILEIRA E CATARINESE

2.1 Economia Brasileira

Neste capítulo iremos abordar alguns aspectos da economia brasileira no período de 1964 a 1999, discutindo alguns pontos relevantes sobre os diversos planos econômicos da época.

Abordaremos neste período vários problemas e planos econômicos com o intuito de estagnar o surto inflacionário; e a experiência pública brasileira em planejamento; sendo que nesta trajetória foram acumulados muitos êxitos e fracassos, que refletem naturalmente o clima político-econômico vivido pelo País que sofrem as consequências de suas crises. A seguir serão apontados alguns dos planos globais elaborados no período de 1964 a 1999.

Tivemos a primeira tentativa para acabar com a inflação em 1941, uma vez que neste período ainda não era elevada, o Conto de Reis, moeda utilizada neste período, perderia três zeros e passaria a ser chamado Cruzeiro, em 1964 a fração do cruzeiro denominada “centavos” foi extinta, o Cruzeiro ficou em vigor até 1967.

A crise política² e econômica institucional teve início nos anos 60, tendo como plano no período de 1963 a 1965, o Trienal de desenvolvimento Econômico e Social; este foi elaborado pelo Ministro Celso Furtado ; na qual ele visava á redução do custo social do desenvolvimento, redução gradativa da pressão inflacionária, melhor distribuição de seus benefícios, a manutenção de uma taxa elevada de crescimento do produto nacional e redução das desigualdades regionais e de níveis de vida. Com a crise, as propostas do plano sofreram restrições das mais diversas ordens, impedindo que o governo conseguisse apoio político executando assim as suas diretrizes. Combatido por todos os lados, o plano Trienal conseguiu sobreviver apenas até meados de 1963, pois em 1964, a crise brasileira que não era meramente econômica, mas também política, com a revolução quem toma posse são os

² Baseado em Giacomoni,(1996) e anotações da disciplina de Economia Brasileira Contemporânea, 1996.

era meramente econômica, mas também política, com a revolução quem toma posse são os militares que vem para sufocar qualquer reação do sistema; e para dar consistência às estratégias de reforma econômica do governo, foi criado o segundo Programa deste período o de Ação Econômica do Governo. Este plano teve como área de interesse a habitação, o bem-estar social, à política salarial e tributária; porém, as medidas da política econômica do regime militar foram a indexação da economia, a substituição da estabilidade pelo FGTS e o achatamento salarial.

O terceiro plano foi o Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social da qual só ficou em estudos a níveis de diagnósticos e programas para ser cumprido no período de 1967/76; este plano com posse do novo governo, acabou não encampando por ser de longo prazo. Neste período, a política do governo era antiinflacionária, queria reduzir o déficit público e fazer uma reforma fiscal, criando a correção monetária, a ORTN e estimulando as exportações.

O quarto plano foi o Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED) que cobriu os anos de 1967 a 1970, sendo este período de recuperação da crise anterior. Este plano teve alguns objetivos básicos que eram: a aceleração do desenvolvimento econômico com redução progressiva da taxa inflacionária; o progresso nacional e o aumento das oportunidades de emprego; e para começar com a recuperação do país incentivou as exportações, criou o sistema de crédito ao consumo e o sistema financeiro de habitação. Neste mesmo período de 1967 a 1970, foi colocado em prática um novo plano de estabilidade monetária que cortou mais três zeros, o Cruzeiro é então denominado Cruzeiro Novo.

O quinto plano foi I Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (1972/74); como consta de sua denominação, é o primeiro plano elaborado dentro do modelo de planejamento idealizado pelo Decreto-lei nº 200/67 e formalmente criado pelo Ato Complementar nº 43/69. Sua característica trienal deveu-se às exigências legais de que o último ano dos planos deveria coincidir com o primeiro ano de uma nova administração que, nesse período, prepararia seu próprio plano. Este período foi de crescimento acelerado, onde começou em 1967 e seu auge foi alcançado em 1973, em 1974 tem-se início a um processo de desaceleração econômica; com a crise do petróleo, houve perda do dinamismo no setor industrial, recessão e inflação na economia mundial.

O sexto plano foi o II Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (1975/79). O II PND cobriu os quatros anos restantes do governo Geisel e o primeiro do governo Figueiredo. Como síntese, o plano fixou uma série de metas quantitativas a serem atingidas em 1979, como o crescimento do PIB, investimento bruto fixo, produção industrial e agrícola, emprego, exportações, etc. Em consequência da crise econômica que tomava conta de boa parte da economia mundial, os resultados da execução do plano ficaram bem além do esperado. As próprias avaliações oficiais passaram a ser feitas reduzindo a importância dos indicadores quantitativos. Mas o que aconteceu foi ainda a influência da crise do petróleo, tendo uma grande liquidez na economia mundial e alguns efeitos sobre a balança de pagamentos como: a redução do déficit comercial, devido ao aumento das exportações, a contenção das importações e a elevação da dívida externa líquida.

O sétimo foi o III Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (1980/85); que foi elaborado em 1979 onde já não existia mais aquele clima quase de euforia desenvolvimentista que impregnou os PND anteriores. O País começou a sofrer as consequências da crise econômica internacional e o Governo Federal, alegou que a instabilidade econômica generalizada impediria qualquer programação de mais longo prazo, optou por montar toda a sua estratégia em cima de medidas de curto e curtíssimo prazo. Exemplo disso foram os “pacotes” econômicos baixados em diversas oportunidades. O III PND foi elaborado e aprovado pelo Congresso visando mais o cumprimento da norma legal do que sua utilidade como guia para a ação de governo.

Neste mesmo período de 1970 a 1985 houve mais um pacote econômico com a tentativa de estabilizar a inflação que neste período chegava, a uma média de 328% nos anos 80, ele também teve um corte de mais três zeros na moeda corrente e a sua denominação monetária passou de Cruzeiro Novo para Cruzeiro, neste período a fração do Cruzeiro “centavos” foi extinto novamente.

O oitavo plano foi o I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República (1986/1989); que dizia que as condições da Economia Nacional nos anos 80, em muitos diferiram daquelas da década anterior e isso, como é compreensível, refletiu-se nos planos, na apresentação do projeto de lei do I PND –NR, seus autores salientaram as diferenças do plano em relação aos anteriores:

Difere em sua concepção; em virtude da circunstância em que vivemos no campo econômico-social e devido à nova orientação do governo sobre as funções do Setor Público, associado ao decisivo estímulo para que o setor privado assuma papel de liderança no processo de crescimento, este não é um plano de investimentos públicos, nem uma proposta acabada e compulsória de direcionamento dos investimentos empresariais.

Este não é um plano de gastos, mas um programa de ajuste e reorientação do Setor Público, com ênfase nas prioridades sociais. Em função das dificuldades de reorientação a questão financeira no âmbito do setor público, aliada aos problemas de administração da dívida externa e interna, o país, ao longo desse período, conviveu com inúmeras crises que se refletiram na substituição dos ministros da área econômica, todos amplamente dominados por questões de curtíssimos prazos, por exemplo, a taxa da inflação, autorização de aumentos de preços, administração do caixa, salários do funcionalismo, etc. Neste contexto, o planejamento de médio e longo prazo não poderiam mesmo prosperar. O Ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, coerente com a prevalência do curto prazo no gerenciamento da economia brasileira chegou a batizá-lo com a denominação de "Política do feijão com arroz".

A partir de 1986, como o Governo Federal não conseguia mais conter a inflação, começou a fazer ao invés de pacotes econômicos, planos de estabilidade.

No período de 1986 a 1989 tiveram vários pacotes econômicos: o primeiro foi o plano cruzado que neste aplicou o congelamento de preços e salários, a reforma monetária, o congelamento dos preços ao nível do consumidor, substituiu a ORTN pela OTN, a taxa de câmbio ficou mantida e congelada, e a política monetária não teve definição prévia. Neste foi adicionando mais um corte na moeda de três zeros e denominando-se a mudança do nome da moeda de Cruzeiro para Cruzado; neste mesmo período nove meses depois do primeiro foi lançado o plano Cruzado II, sendo que a inflação seria calculada pelo índice de preços do consumidor, havendo assim uma minidesvalorização do Cruzado que atingiu a diversos segmentos da economia brasileira; em 12 de junho de 1987 foi lançado o Plano Bresser que combinava um choque heterodoxo deflacionário com políticas ortodoxas fiscais e monetárias, neste decretou o congelamento dos preços e dos salários, a extinção do gatilho salarial, e a indexação vinculada a URP (Unidade de Referencia de Preços) dos preços e salários. Houve a proibição de emissões de títulos na política monetária e a desvalorização do câmbio em

9,5% e uma minidesvalorização; o último deste período foi o Plano Verão que permaneceu com o congelamento de preços e salários, desvalorizou o câmbio e fixou a taxa, extinguiu o URP e OTM e teve mais um corte de três zeros na moeda passando novamente de Cruzado para Cruzado Novo.

Em 1990 o país confrontou-se com o Plano Collor e mais uma vez houve o congelamento de preços e salários, corte nas despesas correntes do governo em 10%, proposta de um novo sistema de rolagem da dívida pública interna, atingindo frontalmente um bloqueio nos ativos financeiros, a sua denominação econômica passou-se de Cruzado Novo para Cruzeiro; em 1991 foi decretado Plano Collor II, prevendo a extinção do “overnight”, a criação de fundos, bônus e novamente o congelamento dos preços e salários

O último plano foi o Plano Plurianual para o quinquênio 1991/1995; este foi o primeiro plano elaborado em cumprimento às determinações da Constituição de 1988, ou seja, mais voltado à programação da ação do governo, sem as características de plano de desenvolvimento econômico-social como os anteriores. A própria lei que dispõe sobre o plano (lei nº 8173, de 30-01-1991) estabelecia que o mesmo deveria sofrer uma revisão, e ser encaminhado ao Congresso Nacional por ocasião da abertura da Sessão Legislativa de 1992. Tal foi efetivamente feito e a revisão do plano plurianual para o triênio 1993/1995 foi aprovada através da lei nº 8446, de 21.07.1992. O novo governo, que ascendeu em face ao *Impeachment* do Presidente Collor, reviu as prioridades e as estratégias constantes do plano, produzindo nova revisão para o período 1994/1995. Enviada ao congresso Nacional em 1993, a proposta não chegou a ser votada.

Em 1993, foram lançadas algumas medidas para combater com a inflação, como o plano de Estabilização sobre as taxa, impostos, e tiveram vários bloqueios no período de 2 anos; os repasses das verbas para os Estados e Municípios reduziram-se cerca de 22 Bilhões de Dólares, proibiu a emissão de títulos, e criou um índice de correção dos principais preços da economia dos juros e mercantilismo; é lançado o Programa de Ação Imediata (PAI), do então Ministro da Fazenda de Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso, que “prepara a casa” para o Plano Real. O PAI estabiliza a moeda com a Unidade Real de Valor (URV).

E finalmente em 1 de julho de 1994 com a medida provisória foi instituído e posto em circulação o Real, que criou uma paridade cambial com o dólar por tempo indeterminado, a URV passa valer em reais.

Conforme o Jornal Diário Catarinense (01/07/01), “em 1995 um ano após a implantação do real observou-se uma taxa de inflação de 2% ao mês, o PIB cresceu 5,67%, as indústrias cresceram 7%, a agropecuárias 7,6%, os serviços 4%; a taxa mais baixa denotando o efeito do desaparecimento do ganho inflacionário”.

No ano de 1996 a inflação acumulada no primeiro quadrimestre é de 3,6% e a economia se expande em todos os setores em uma taxa de 4,1%.

Em 1997 e 1998 o ritmo de crescimento com as crises internacionais diminuem, mas o PIB cresce em média 2,8% entre 1994 e 1999, mais que de 1988 a 1993 (0,7% ao ano).

Enfim no ano de 1999 a inflação fecha o ano em 10% e o PIB cresce 1% neste período; podemos dizer que o objetivo do pacote econômico “Real” era de combater a inflação e a instabilidade da moeda nacional, e analisando desde 1994 considerou-se um êxito até 1999 o controle da inflação e o ajuste da abertura de mercado que gerou muitos investimentos diretos para o país, conforme podemos observar no gráfico 1.



2.2 – Economia Catarinense

Podemos dizer que o desenvolvimento da economia catarinense de 1964 a 1999, foi êxito de um plano de estabilidade apresentando uma situação bastante favorável em decorrência de outros estados da Federação, o crescimento do PIB, as taxas de desemprego é menos susceptível e que atinge frontalmente afetando os setores produtivos brasileiros, destacando-se as ações governamentais na minimização das conseqüências da recessão por hora passadas por alguns governos galhardamente; esses governos abaixo relacionados tiveram êxito em conduzir o Estado de Santa Catarina e tiveram destaque na Federação Brasileira. Darei um enfoque a cada plano de governo deste período.

O primeiro governador desta época foi Celso Ramos (PSD)³ que governou de 1961 a 1965, este mandato foi baseado no Plano de Metas do governo I (Plameg), ele foi eleito pelo voto direto; seu governo foi uma experiência de muitos aspectos positivos dos quais reconhecida pela burguesia catarinense e pela ação individual de cada empresário. Refere-se à lei 2772 de 21 de julho de 1961 que para o quinquênio 1961/1965 destinava-se a execução, aperfeiçoamento de atualização de obras, serviços públicos e desenvolvimento social e econômico do Estado.

Para infra-estrutura de expansão agrícola, industrial e demais setores prioritários se fizeram necessários adquirir recursos de cerca de U\$ 100 milhões para investimentos que objetivaram as melhorias e condições de vida do homem catarinense.

Na ocasião os recursos para os investimentos eram oriundos de cerca de 35% dos recursos arrecadados no período para expansão, para o meio ambiente e para o homem.

O desenvolvimento catarinense neste período assumiu um franco desenvolvimento nos setores industrializantes, pois Celso Ramos antes de assumir o governo foi Presidente da Federação das Industrias de Santa Catarina e elaborou seminários cujo resultaram, evidentemente nas melhorias e conhecimento no Estado.

³ Secção baseada em Michels (1993, 2ª parte).

Foi criado o fundo estadual da educação, da justiça e da segurança pública, assistência a municípios, obras de saúde pública e desenvolvimento agropecuário e industrial; esses fundos são parte dos impostos e percentuais estabelecidos por lei.

Ele desenvolveu todos esses setores no período da sua gestão deixando a sua marca como administrador do governo.

O segundo governador desta época foi Ivo Silveira (PSD) que governou de 1966 a 1970 seu mandato foi baseado no plano de metas do governo II, ele foi eleito pelo voto direto; o desenvolvimento de 1966 a 1970 foi na verdade uma continuação representativa do governo Celso Ramos que deu seqüência no desenvolvimento de Santa Catarina, a base ideológica é a expansão econômica e social, estendendo-se pela ação do governo e análise dos seus investimentos realizados neste período. Observou-se um tópico de expansão econômica englobando transporte, energia, comunicação, agropecuária e industrial consumindo 77% dos investimentos; sendo que os outros tópicos como o progresso social, educação, administração, saúde e saneamento, segurança, assistência e previdência, habitação e planejamento urbano, couberam os 23% restantes.

Esses dados indicam a intervenção direta e indireta do estado e como foi significativa na economia catarinense.

O quadro de dificuldades regionais dificilmente apurou as desigualdades sociais apesar dos esforços governamentais, conseguindo assim o seu destaque neste governo iniciando obras representativas.

O terceiro governador deste período foi Colombo Machado Sales (ARENA) que governou nos anos de 1971 a 1975, seu mandato foi regido pelo Projeto Catarinense de Desenvolvimento e ele foi indicado pelo Presidente no regime militar; encontrou vários obstáculos para o desenvolvimento catarinense na integração sócio econômica, no seu governo existiram algumas deficiências como nos transportes, comunicações e ausências de algumas perspectivas; o receio da renovação e modernização das estruturas do poder político, evidenciando-se mais uma vez o reconhecimento da própria burguesia que conduz até hoje Santa Catarina e paralelamente do Estado, na sua capacidade de garantir uma acumulação de capital.

Neste período a economia catarinense cresceu em altos níveis, conseguindo obter um crescimento do PIB de 213%, enquanto o Brasil cresceu somente neste mesmo período 130%.

Colombo Sales definiu alguns entraves a modernização administrativa, integração estadual, modernização nos transportes e comunicação, consolidação nos sistemas energéticos, na construção financeira, assistência técnica, Fundação BADESC, criou neste período o Conselho de Desenvolvimento Industrial de Santa Catarina (CODISC); e finalmente demonstrou assim de além supriu o crédito de médio e longo prazo, também supriu as atividades prioritárias de Santa Catarina.

O quarto governador deste período foi Antônio Carlos Konder Reis, que administrou no período de 1975 a 1979 e o seu lema de governo era: governar é encurtar distâncias, Konder Reis foi também indicado pelo Presidente, e o seu governo caracterizou-se entre outras coisas pela íntima relação da ditadura militar, a condução da política econômica brasileira baseava-se no plano nacional de desenvolvimento tendo como governante Gen. Ernesto Geisel, então Presidente da República. Desta forma as diretrizes estaduais entre 1975 e 1979 foram equacionadas para a realidade brasileira; neste governo identificava o desenvolvimento econômico da ocasião em que a posse de ações do governo; embora limitadas, tinham determinações básicas, dinamismo e sutileza de imaginação dos empresários, capacidade e o trabalho dos catarinenses.

Nas diretrizes básicas do governo destaca-se ampliação nos sistemas de transportes, comunicação, unificação das políticas de créditos financiamentos, dinamização, racionalização de tecnologia e manutenção de estoques reguladores.

O quinto governador que regeu no período de 1979 a 1983 foi Jorge Konder Bornhausen sendo que quem o elegeu foi o Colégio Eleitoral, seu governo foi elaborado pelo Plano de Ação que indicava necessidade de uma menor intervenção do estado na economia, permitindo que leis mercantis regessem as relações econômicas.

Esta ação governamental foi decidida diretamente como o desenvolvimento de Santa Catarina, intensificando o fortalecimento de uma economia de mercado, o governo foi assim um mercado de agente captador de recursos, preocupado com outros critérios, como os educativos e não apenas econômicos, em tese o agente estatal deveria

reduzir suas ações diretas permitindo ao mercado uma maior consciência de suas leis reguladoras.

As diretrizes básicas deste plano eram de três segmentos de atuação: no psicossocial, econômica e a organização administrativa e planejamento; todos os segmentos correlatos a sua administração.

O sexto governador foi Esperidião Amin Helou Filho, que governou no período de 1983 á 1987, ele foi eleito pelo povo e o enfoque do seu governo era a “Carta dos Catarinenses”, o programa dará continuidade como nos anteriores a interesses de impulsos a acumulação privada de capitais.

A sua “Carta dos Catarinenses” o compromisso era de fortalecer a empresa catarinense, o objetivo eram as isenções do ICM juntamente com a ação dirigida do sistema financeiro estadual; neste período do governo em análise os créditos e iniciativa privada catarinense totalizaram a 1 bilhão de dólares e o auxilio estatal dos agentes privados conservou-se uma intensa política de incentivos as exportações.

Foi feito uma analise do governo do setor secundário afirmando “quanto ao setor industrial os níveis de expansão foram bastante significativos”; mesmo que neste período tivesse influência dos altos índices inflacionários ,e que o ano de 1986 terminasse com déficit na execução orçamentária.

O sétimo governador deste período foi Pedro Ivo Campos que governou no período de 1987 á 1991, ele foi eleito voto direto e o enfoque era “Rumo a nova sociedade Catarinense”

O governo de Pedro Ivo Campos (Casildo Maldaner- PMDB) apesar de possuir filosofias de partidos oposicionistas às forças oligárquicas catarinenses, não alterou a lógica do enriquecimento privado de Santa Catarina, mesmo porque o Coronel Pedro Ivo Campos era um conservador originário do PMDB; logo não representaria problemas a grandes partes dos grupos catarinenses.

O governo buscou ao longo dos 4 anos de mandato a recuperação econômica e financeira com destaque para o governo estadual. Iniciou a 3ª ponte a qual leva o seu nome.

É importante captar-se que durante o mandato do governo Pedro Ivo a atuação governamental e a sua relação com o capital privado catarinense, apesar de ser um

governo oposicionista às oligarquias catarinenses, continuou a manter o enriquecimento privado em Santa Catarina baseado na intensa intervenção do Estado; neste governo surgiram alguns desajustes econômicos e reativaram-se os índices inflacionários. Com o novo choque na economia brasileira, teve alguns problemas com a renegociação da dívida, o déficit público se elevou, cortando assim os investimentos governamentais e a contenção da demanda interna via arrocho salarial. Um aspecto importante para ser destacado neste governo no ano de 1988 foi o tratamento dado à questão da dívida pública, que ficou caracterizado como o ano dedicado à administração da mesma.

O oitavo governador foi Vilson Pedro Kleinunbing, que administrou no período de 1991 a 1994, foi eleito pelo voto direto e o seu lema era Plano “Sim”; neste governo tiveram 3 programas de iniciativa as empresas catarinenses: o desenvolvimento das empresas, o programa de modernização das indústrias e o programa de descentralização das atividades positivas, sendo que esses programas em junho 1992 tinham solicitado para 100 projetos totalizando Cr\$ 228 trilhões.

Neste governo manteve-se a mesma lógica dos governos anteriores com os mesmos incentivos dos empresários catarinenses.

O nono governador foi Paulo Afonso Evangelista Vieira, que governou no período de 1995 a 1999; ele foi eleito pelo voto direto, a sua administração caracterizou-se pela luta dos trabalhadores estaduais contra as tentativas do arrocho salarial. Incentivou as empresas catarinenses para um desenvolvimento político econômico para o Estado, tanto que vários setores da economia catarinense obtiveram um desempenho favorável comparando-se com os anos anteriores.

Neste período, apesar da situação do estado ter evoluído para um superávit, em 1999 existem várias áreas que são críticas no Governo Estadual.

O décimo governador e em exercício é Esperidião Amin Helou Filho, que está no governo desde 1999 e foi eleito pelo voto direto, onde o seu objetivo principal nesta administração é modernizar a administração do Estado conferindo-lhe eficácia e transparência, reestruturando a administração do estado, implantando o modelo de gestão do estado por resultados, profissionalizar e valorizar o servidor público, parceriar com o cidadão a administração das necessidades por ele geradas e incentivar a iniciativa privada.

Santa Catarina foi um Estado propulsor do trabalho de seus governos e seu povo. Ele vive com o presente, elevando a qualidade de vida e construindo o futuro na reinvenção de uma expressiva parcela de riqueza.

CAPÍTULO III

A SÉRIE COMPLETA DE RECEITAS E DESPESAS

Como o assunto tratado nesta monografia será a evolução das receitas orçamentárias, despesas orçamentárias e dívida pública de Santa Catarina no período de 1964 a 1999, apresentaremos agora alguns conceitos e dados desta série de despesas e receitas e posteriormente analisaremos a evolução da dívida e seus causadores.

Podemos explicar a dificuldade na coleta dos dados, pois são escassos e restritos, como já foi relatado na metodologia, mas enfim conseguiu-se completar a série completa de receitas, despesas e dívida pública de Santa Catarina com bastante eficácia.

Nesta série foram coletados os dados brutos, dos quais entre 1964 a 1985 foram obtidos nas contas orçamentárias do governo e os dados brutos de 1986 a 1999 da monografia Goulart (2000), para fins de completar todo a série econômica, posteriormente estes dados foram convertidos para valores de 1999, conforme foi explicado na metodologia.

3.1 Receitas Orçamentárias

Começaremos então falando sobre as receitas públicas que poderiam ser definidas como: toda a arrecadação de rendas autorizadas pela Constituição Federal, leis e títulos creditórios.

Conforme o artigo 11 da Lei nº 4320, de 17 de março de 1964, que nela estatui normas gerais para a elaboração dos orçamentos públicos, a receita é classificada em: receitas correntes, que se divide em receitas tributárias, que corresponde à arrecadação de tributos, seus impostos e taxas de obrigatoriedade da população em manter o estado, e em receitas patrimonial que seria todas as transferências correntes; e também podem ser classificadas em receitas de capitais: que correspondem as operações de crédito, alienações de bens, amortizações de empréstimos, transferências de capital e outras; são aquelas que provêm de empréstimos tomados pelo governo tanto nacionais quanto internacionais; estas receitas tem o intuito de aumentar o patrimônio do Estado.

TABELA 1

CONTINUA

**Santa Catarina - Governo Estadual– Evolução da Receita Orçamentária
Recurso do Tesouro 1964 a 1999**

(R\$ mil de 1999)

ESPECIFICAÇÃO	1964	1965	1966	1967
RECEITAS CORRENTES	347.175	358.313	339.078	370.732
RECEITA TRIBUTÁRIA	312.138	319.704	307.827	317.527
IMPOSTOS	187.220	194.465	184.357	300.069
Imposto Sobre o Patrimônio e a Renda	0	0	0	0
Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis	0	0	0	2.499
Estadual	0	0	0	0
Municipal	0	0	0	0
Imposto Adicional sobre Lucros, Ganhos e rendimentos de Capital	0	0	0	0
Imposto Sobre Propriedade de Veículos Automotores	0	0	0	0
Estadual	0	0	0	0
Municipal	0	0	0	0
Imposto Sobre a Transmissão "causa mortis" e Doação de Bens e Direitos	483	485	415	0
ICMS	0	167.398	166.638	286.301
Estadual	0	0	0	0
Municipal	0	0	0	0
Cota Estado FUNDEF/ICMS	0	0	0	0
Cota Município FUNDEF/ICMS	0	0	0	0
TAXAS	124.918	125.239	123.470	17.458
Taxas Pelo Exercício do Poder de Polícia	0	0	0	0
Taxas Pela Prestação de Serviços	0	0	0	0
RECEITA PATRIMONIAL	395	266	340	630
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	31.420	34.903	26.428	44.760
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.380	2.885	3.785	7.790
RECEITAS DE CAPITAL	273	22.388	230	30.860
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0	21.552	0	23.274
Operações de Crédito Internas	0	0	0	0
Operações de Crédito Externas	0	0	0	0
ALIENAÇÃO DE BENS	266	832	226	423
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	6	4	4	7.163
TOTAL	347.447	380.701	339.307	401.592

TABELA 1

CONTINUA

**Santa Catarina - Governo Estadual- Evolução da Receita Orçamentária
Recurso do Tesouro 1964 a 1999**

(R\$ mil de 1999)

ESPECIFICAÇÃO	1968	1969	1970	1971
RECEITAS CORRENTES	422.319	472.882	622.879	653.377
RECEITA TRIBUTÁRIA	398.482	441.650	577.061	606.660
IMPOSTOS	379.771	420.274	549.379	564.730
Imposto Sobre o Patrimônio e a Renda	0	0	0	0
Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis	3.457	3.419	3.391	3.798
Estadual	0	0	0	0
Municipal	0	0	0	0
Imposto Adicional sobre Lucros, Ganhos e rendimentos de Capital	0	0	0	0
Imposto Sobre Propriedade de Veículos Automotores	0	0	0	0
Estadual	0	0	0	0
Municipal	0	0	0	0
Imposto Sobre a Transmissão "causa mortis" e Doação de Bens e Direitos	0	0	0	0
ICMS	373.923	415.816	545.399	560.878
Estadual	0	0	436.522	448.534
Municipal	0	0	108.877	112.343
Cota Estado FUNDEF/ICMS	0	0	0	0
Cota Município FUNDEF/ICMS	0	0	0	0
TAXAS	18.711	21.377	27.682	41.930
Taxas Pelo Exercício do Poder de Polícia	0	0	1.498	28.976
Taxas Pela Prestação de Serviços	0	0	12.696	12.954
RECEITA PATRIMONIAL	1.825	3.185	3.875	3.002
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.161	3.258	21.153	23.080
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	16.835	22.298	20.745	20.579
RECEITAS DE CAPITAL	161.662	81.911	65.811	168.032
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	83.282	2.385	0	104.435
Operações de Crédito Internas	0	0	0	0
Operações de Crédito Externas	0	0	0	0
ALIENAÇÃO DE BENS	531	756	664	2.241
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	77.850	78.770	65.147	61.356
TOTAL	583.982	554.793	688.691	821.409

TABELA 1

CONTINUA

**Santa Catarina - Governo Estadual– Evolução da Receita Orçamentária
Recurso do Tesouro 1964 a 1999**

(R\$ mil de 1999)

ESPECIFICAÇÃO	1972	1973	1974	1975
RECEITAS CORRENTES	788.143	977.054	1.109.399	1.107.142
RECEITA TRIBUTÁRIA	716.184	879.064	987.192	1.001.680
IMPOSTOS	670.859	862.345	970.153	982.415
Imposto Sobre o Patrimônio e a Renda	0	0	0	11.640
Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis	4.986	9.087	11.130	0
Estadual	0	0	0	0
Municipal	0	0	0	0
Imposto Adicional sobre Lucros, Ganhos e rendimentos de Capital	0	0	0	0
Imposto Sobre Propriedade de Veículos Auto.	0	0	0	0
Estadual	0	0	0	0
Municipal	0	0	0	0
Imposto Sobre a Transmissão "causa mortis" e Doação de Bens e Direitos	0	0	0	0
ICMS	665.802	853.258	959.023	970.776
Estadual	532.266	682.211	766.951	776.307
Municipal	133.536	171.047	192.073	194.468
Cota Estado FUNDEF/ICMS	0	0	0	0
Cota Município FUNDEF/ICMS	0	0	0	0
TAXAS	45.325	16.719	17.039	19.265
Taxas Pelo Exercício do Poder de Polícia	32.531	13.865	13.935	15.714
Taxas Pela Prestação de Serviços	12.794	2.853	3.104	3.551
RECEITA PATRIMONIAL	14.808	17.568	13.566	12.641
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	30.912	46.352	64.656	62.312
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	26.219	34.067	43.982	30.505
RECEITAS DE CAPITAL	236.643	126.457	194.142	578.100
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	148.982	14.821	76.422	396.420
Operações de Crédito Internas	0	0	0	258.168
Operações de Crédito Externas	0	0	0	138.252
ALIENAÇÃO DE BENS	2.782	510	880	1.843
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	84.878	111.126	116.840	179.837
TOTAL	1.024.786	1.103.510	1.303.541	1.685.242

TABELA 1

CONTINUA

Santa Catarina - Governo Estadual- Evolução da Receita Orçamentária Recurso
do Tesouro 1964 a 1999

(R\$ mil de 1999)

ESPECIFICAÇÃO	1976	1977	1978	1979
RECEITAS CORRENTES	1.155.808	1.320.454	1.506.546	1.705.640
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.010.552	1.173.841	1.329.338	1.462.173
IMPOSTOS	990.372	1.153.262	1.307.190	1.441.397
Imposto Sobre o Patrimônio e a Renda	12.651	13.034	14.910	15.945
Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis	12.651	13.034	14.910	15.945
Estadual	0	0	0	0
Municipal	0	0	0	0
Imposto Adicional sobre Lucros, Ganhos e rendimentos de Capital	0	0	0	0
Imposto Sobre Propriedade de Veículos Auto.	0	0	0	0
Estadual	0	0	0	0
Municipal	0	0	0	0
Imposto Sobre a Transmissão "causa mortis" e Doação de Bens e Direitos	0	0	0	0
ICMS	977.721	1.140.228	1.292.281	1.425.452
Estadual	781.812	911.689	1.033.596	1.140.296
Municipal	195.910	228.539	398.210	285.156
Cota Estado FUNDEF/ICMS	0	0	0	0
Cota Município FUNDEF/ICMS	0	0	0	0
TAXAS	20.180	20.579	22.147	20.776
Taxas Pelo Exercício do Poder de Polícia	16.056	15.557	17.385	16.081
Taxas Pela Prestação de Serviços	4.123	5.021	4.762	4.694
RECEITA PATRIMONIAL	14.494	6.732	10.697	5.864
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	103.213	106.036	108.124	117.585
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	27.549	33.845	58.387	120.018
RECEITAS DE CAPITAL	469.008	397.168	808.019	486.250
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	280.987	180.451	597.838	299.641
Operações de Crédito Internas	167.060	89.265	241.455	154.442
Operações de Crédito Externas	113.927	70.222	356.383	145.199
ALIENAÇÃO DE BENS	1.662	1.403	967	799
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	186.360	215.313	209.214	185.809
TOTAL	1.624.816	1.717.621	2.314.565	2.191.890

TABELA 1

CONTINUA

**Santa Catarina - Governo Estadual– Evolução da Receita Orçamentária
Recurso do Tesouro 1964 a 1999**

(R\$ mil de 1999)

ESPECIFICAÇÃO	1980	1981	1982	1983
RECEITAS CORRENTES	1.766.595	1.345.816	1.730.448	1.469.807
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.591.387	1.188.742	1.579.551	1.242.633
IMPOSTOS	1.575.492	1.174.905	1.563.386	1.231.537
Imposto Sobre o Patrimônio e a Renda	16.379	0	0	0
Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis	16.379	7.309	12.359	18.341
Estadual	0	0	24	9.173
Municipal	0	0	12.335	9.167
Imposto Adicional sobre Lucros, Ganhos e rendimentos de Capital	0	0	0	0
Imposto Sobre Propriedade de Veículos Auto.	0	0	0	0
Estadual	0	0	0	0
Municipal	0	0	0	0
Imposto Sobre a Transmissão "causa mortis" e Doação de Bens e Direitos	0	0	0	0
ICMS	1.559.113	1.167.597	1.230.011	1.213.196
Estadual	1.248.112	0	921.330	969.361
Municipal	311.001	0	308.681	243.835
Cota Estado FUNDEF/ICMS	0	0	0	0
Cota Município FUNDEF/ICMS	0	0	0	0
TAXAS	15.895	13.837	16.165	11.096
Taxas Pelo Exercício do Poder de Polícia	12.374	0	0	0
Taxas Pela Prestação de Serviços	3.522	0	0	0
RECEITA PATRIMONIAL	6.386	10	3.982	12
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	93.574	100.029	102.937	143.057
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	75.249	57.034	43.978	84.105
RECEITAS DE CAPITAL	402.414	599.014	813.929	651.913
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	241.145	446.502	632.542	474.014
Operações de Crédito Internas	171.330	331.834	562.516	235.734
Operações de Crédito Externas	69.815	114.668	70.026	238.280
ALIENAÇÃO DE BENS	328	2.595	876	29
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	160.941	149.917	180.511	177.870
TOTAL	2.169.009	1.944.830	2.544.377	2.121.720

TABELA 1

CONTINUA

**Santa Catarina - Governo Estadual– Evolução da Receita Orçamentária
Recurso do Tesouro 1964 a 1999**

(R\$ mil de 1999)

ESPECIFICAÇÃO	1984	1985	1986	1987
RECEITAS CORRENTES	1.607.476	2.037.335	2.767.768	2.616.488
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.333.290	1.772.141	2.379.302	2.099.206
IMPOSTOS	1.324.156	1.759.485	2.361.791	2.092.581
Imposto Sobre o Patrimônio e a Renda	0	0	78.228	92.023
Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis	13.888	17.468	28.165	25.133
Estadual	6.944	8.734	14.082	12.566
Municipal	6.944	8.734	14.082	12.567
Imposto Adicional sobre Lucros, Ganhos e rendimentos de Capital	0	0	0	0
Imposto Sobre Propriedade de Veículos Auto.	0	0	50.063	66.890
Estadual	0	0	25.031	33.449
Municipal	0	0	25.032	33.442
Imposto Sobre a Transmissão "causa mortis" e Doação de Bens e Direitos	0	0	0	0
ICMS	1.310.268	1.742.017	2.283.563	2.000.558
Estadual	1.046.347	1.392.716	1.825.285	1.600.305
Municipal	263.920	349.301	458.277	400.253
Cota Estado FUNDEF/ICMS	0	0	0	0
Cota Município FUNDEF/ICMS	0	0	0	0
TAXAS	9.135	12.656	17.511	6.624
Taxas Pelo Exercício do Poder de Polícia	7.287	0	14.429	4.940
Taxas Pela Prestação de Serviços	1.847	0	3.082	1.685
RECEITA PATRIMONIAL	9	14	1	15
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	192.696	203.246	338.556	362.087
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	81.481	61.934	49.910	155.180
RECEITAS DE CAPITAL	364.854	189.159	265.626	634.696
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	267.965	87.797	262.377	634.338
Operações de Crédito Internas	140.972	70.832	113.560	607.658
Operações de Crédito Externas	126.992	16.965	148.817	26.679
ALIENAÇÃO DE BENS	59	292	3.249	358
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	96.830	101.070	0	0
TOTAL	1.972.329	2.226.494	3.033.394	3.251.184

TABELA 1

CONTINUA

**Santa Catarina - Governo Estadual- Evolução da Receita Orçamentária
Recurso do Tesouro 1964 a 1999**

(R\$ mil de 1999)

ESPECIFICAÇÃO	1988	1989	1990	1991
RECEITAS CORRENTES	2.371.750	3.107.404	2.878.994	2.363.838
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.673.823	2.202.434	2.324.650	1.915.154
IMPOSTOS	1.669.210	2.187.978	2.313.933	1.905.404
Imposto Sobre o Patrimônio e a Renda	45.709	36.856	85.545	66.977
Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis	18.739	1.313	505	260
Estadual	9.367	656	253	130
Municipal	9.372	657	253	130
Imposto Adicional sobre Lucros, Ganhos e rendimentos de Capital	0	7.514	17.731	11.081
Imposto Sobre Propriedade de Veículos Auto	28.970	24.556	62.924	52.515
Estadual	13.485	12.278	31.462	26.257
Municipal	13.485	12.278	31.462	26.257
Imposto Sobre a Transmissão "causa mortis" e Doação de Bens e Direitos	0	3.473	4.385	3.121
ICMS	1.623.501	2.151.122	2.228.389	1.838.427
Estadual	1.298.583	1.620.352	1.671.552	1.378.913
Municipal	324.918	530.770	556.836	459.514
Cota Estado FUNDEF/ICMS	0	0	0	0
Cota Município FUNDEF/ICMS	0	0	0	0
TAXAS	4.613	14.457	10.717	9.750
Taxas Pelo Exercício do Poder de Polícia	4.423	13.932	10.468	9.342
Taxas Pela Prestação de Serviços	190	525	250	408
RECEITA PATRIMONIAL	2.297	15.884	4.098	2.050
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	408.488	341.041	462.163	387.285
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	287.142	548.044	88.083	59.349
RECEITAS DE CAPITAL	487.143	686.392	318.899	127.266
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	486.811	665.403	314.145	127.136
Operações de Crédito Internas	448.559	607.495	299.858	108.639
Operações de Crédito Externas	38.252	57.908	14.287	18.497
ALIENAÇÃO DE BENS	333	20.990	4.754	130
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0	0	0	0
TOTAL	2.858.893	3.793.796	3.197.893	2.491.104

TABELA 1

CONTINUA

**Santa Catarina - Governo Estadual- Evolução da Receita Orçamentária
Recurso do Tesouro 1964 a 1999**

(R\$ mil de 1999)

ESPECIFICAÇÃO	1992	1993	1994	1995
RECEITAS CORRENTES	2.294.415	2.412.278	2.841.821	3.019.475
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.814.741	1.704.548	2.166.139	2.412.811
IMPOSTOS	1.804.138	1.686.103	2.152.667	2.385.479
Imposto Sobre o Patrimônio e a Renda	81.631	63.613	78.134	106.796
Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis	205	105	114	173
Estadual	103	52	57	87
Municipal	103	52	57	87
Imposto Adicional sobre Lucros, Ganhos e rendimentos de Capital	16.057	6.098		3
Imposto Sobre Propriedade de Veículos Auto	62.078	53.882	73.249	99.475
Estadual	31.039	26.941	36.625	49.738
Municipal	31.039	26.941	36.625	49.737
Imposto Sobre a Transmissão "causa mortis" e Doação de Bens e Direitos	3.291	3.529	4.771	7.145
ICMS	1.722.507	1.622.490	2.074.533	2.278.683
Estadual	1.291.909	1.216.874	1.555.910	1.709.029
Municipal	430.597	405.615	518.623	569.654
Cota Estado FUNDEF/ICMS	0	0	0	0
Cota Município FUNDEF/ICMS	0	0	0	0
TAXAS	10.604	18.445	13.473	27.332
Taxas Pelo Exercício do Poder de Polícia	10.246	18.362	13.103	2.895
Taxas Pela Prestação de Serviços	357	83	370	24.436
RECEITA PATRIMONIAL	20.966	233.829	132.323	34.537
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	315.903	425.829	433.690	517.538
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	142.805	48.071	109.668	54.588
RECEITAS DE CAPITAL	338.261	87.040	584.223	217.971
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	337.932	70.523	562.909	201.364
Operações de Crédito Internas	320.314	0	494.882	157.874
Operações de Crédito Externas	17.618	70.523	68.027	43.491
ALIENAÇÃO DE BENS	329	16.517	16.044	1.040
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0	0	5.269	15.566
TOTAL	2.632.676	2.499.318	3.426.043	3.237.445

TABELA 1

**Santa Catarina - Governo Estadual- Evolução da Receita Orçamentária
Recurso do Tesouro 1964 a 1999**

(R\$ mil de 1999)

ESPECIFICAÇÃO	1996	1997	1998	1999
RECEITAS CORRENTES	3.235.224	3.306.454	3.201.163	3.031.214
RECEITA TRIBUTÁRIA	2.455.976	2.427.746	2.337.745	2.357.604
IMPOSTOS	2.453.547	2.424.585	2.334.852	2.354.390
Imposto Sobre o Patrimônio e a Renda	115.480	133.289	149.708	130.550
Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis	164	161	163	158
Estadual	82	80	81	79
Municipal	82	80	81	79
Imposto Adicional sobre Lucros, Ganhos e rendimentos de Capital	0	0	0	0
Imposto Sobre Propriedade de Veículos Auto	107.923	124.481	142.440	123.150
Estadual	53.962	62.240	71.220	61.575
Municipal	53.961	62.240	71.220	61.575
Imposto Sobre a Transmissão "causa mortis" e Doação de Bens e Direitos	7.392	8.648	7.105	7.242
ICMS	2.338.067	2.291.296	2.185.144	2.223.841
Estadual	1.753.563	1.718.479	1.396.332	1.417.746
Municipal	584.505	572.817	465.439	472.571
Cota Estado FUNDEF/ICMS	0	0	242.530	250.143
Cota Município FUNDEF/ICMS	0	0	80.843	83.381
TAXAS	2.429	3.161	2.893	3.213
Taxas Pelo Exercício do Poder de Polícia	2.425	0	0	0
Taxas Pela Prestação de Serviços	4	3.161	2.893	3.213
RECEITA PATRIMONIAL	35.167	109.448	131.898	11.479
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	597.601	617.309	625.267	595.402
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	146.480	151.950	106.254	66.730
RECEITAS DE CAPITAL	1.211.797	590.323	101.132	301.483
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.171.876	572.911	51.089	284.554
Operações de Crédito Internas	1.137.882	534.782	1.234	268.754
Operações de Crédito Externas	33.994	38.129	49.855	15.800
ALIENAÇÃO DE BENS	15	9.767	36.649	0
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	39.907	7.644	13.394	16.930
TOTAL	4.447.021	3.896.776	3.302.295	3.332.698

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda / Balanço Geral do Estado /

Obs: Valores a preços em R\$ de 1999/1.000,00 / Elaboração: Márcia N.B. Brasil

A evolução dos principais componentes da receita orçamentária de Santa Catarina de acordo com a tabela 1 e ilustrada no gráfico nº 2, pode-se destacar algumas relações que podem ser explicadas ao longo deste período, como a receita corrente, que nesta envolve as receitas tributárias que é extremamente importante para medir a quantidade de valores arrecadados pelo Estado e suas receitas de capital.

No período de 1964 a 1999, notamos que houve alguns períodos de expansão e outros de declínio no nosso país da qual refletiu a todos os estados brasileiros; conforme já foi relatado no capítulo 2.

Começaremos a analisar a série a partir da década de 60, do qual no período de 1964 a 1966 observamos que a receita orçamentária era praticamente constante, salvo que podemos notar que as receitas de capital no ano 1964 e 1966 eram de R\$ 200 milhões e em 1965 eram de R\$ 22 bilhões, em virtude de não possuírem nenhuma operação de crédito nesses anos; só a partir 1967 a economia brasileira entra em um novo processo de expansão e alcança o seu auge em 1973, neste período o PIB cresce 11,3%, e o ICMs principalmente com o novo plano de estabilização se eleva.

Em 1973 e 1974, as receitas de capital caem por causa das operações de crédito; pode-se dizer que entre 1973 a 1981 ocorre um declínio em virtude da crise do petróleo e a economia brasileira e catarinense sentem os altos e baixos, em compensação as receitas correntes continuam crescendo tendo um declínio no ano 1981, pois as receitas tributárias diminuíram 31%, neste período teve mais um pacote econômico, o que acontece em 1981 a desaceleração transformou-se em recessão, foi a maior da história industrial do país; neste período até 1986 a inflação oscilava na faixa de 300%, onde só há uma elevação das receitas em 1982 e depois volta a cair até 1985.

Em 1985 as receitas começam a se elevar, pois um dos objetivos do governo Amin era as isenções do ICM juntamente com a ação dirigida do sistema estadual, neste período como já foi relatado no capítulo 2, o governo em análise aos créditos e iniciativa privada catarinense totalizaram a R\$ 1 bilhão de dólares e o auxílio estatal dos agentes privados conservou-se uma intensa política de incentivos as exportações.

Em virtude do plano cruzado que foi de 1986 a 1989, onde aplicou o congelamento de preços e salários e o preço à nível de consumidor, influenciando assim positivamente o consumo e a arrecadação nestes anos, chegando a atingir pôr cerca de 2,2 bilhões de reais,

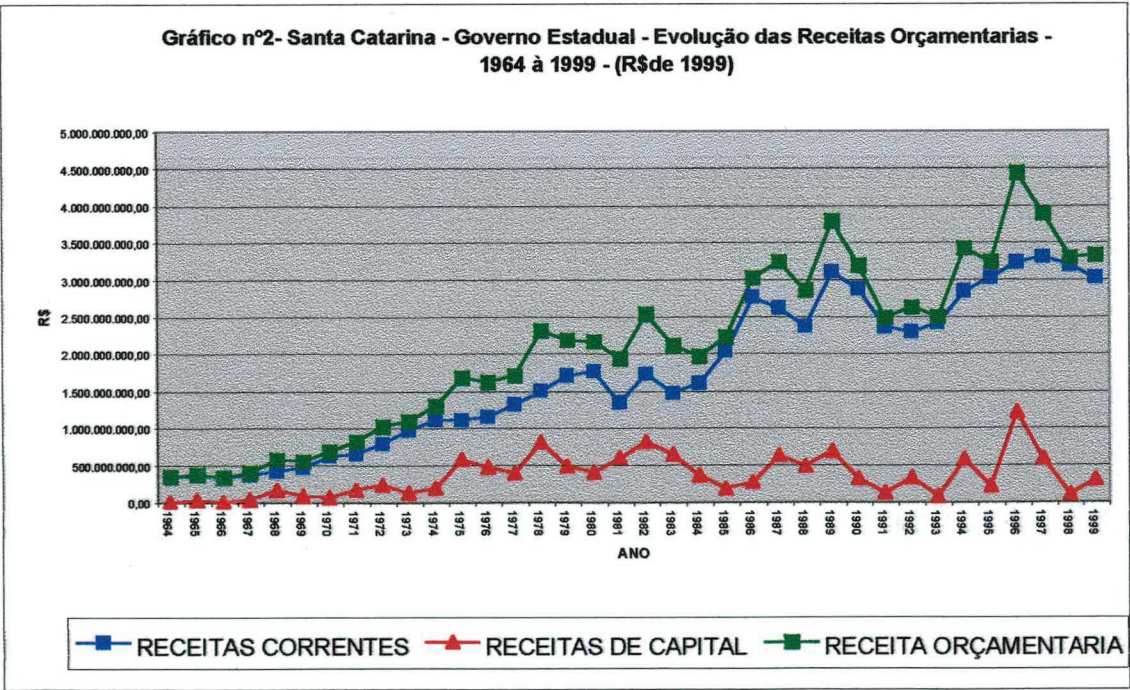
tendo somente uma queda em 1988 de 30 %, mas depois eleva-se novamente com o segundo congelamento.

O plano econômico de verão que foi até 1990, incentivava a expansão nas atividades produtivas, fazendo com que as receitas do governo tenham um desempenho positivo em decorrência da geração de mais ICMs.

A partir de 1991 a 1993, juntamente com o plano Collor e a preparação para o plano Real, cujo intuito era conseguir encerrar definitivamente com a inflação que chegava a quase 2000%, as arrecadações de tributos tiveram resultados bastante negativos.

Em 1994, em decorrência dos efeitos da estabilização e a queda da inflação, consegue-se observar sinais positivos no desempenho das receitas, em especial as receitas tributárias.

E terminando a análise das receitas, há um declínio a partir 1998, em virtude da desaceleração econômica, dos investimentos e conseqüentemente refletindo nas exportações e nas arrecadações do governo e somente com a desvalorização cambial trouxeram estabilidade na economia brasileira e catarinense, elevando-se assim as receitas orçamentárias.



3.2 Despesas Orçamentárias

Já a despesa pública é o compromisso de gasto dos recursos públicos autorizados pelo poder competente, com o fim de atender a uma necessidade da coletividade prevista no orçamento

As despesas orçamentárias podem ser classificadas em duas categorias: as despesas correntes, que por sua vez é dividida em despesas de custeio que envolve todas as despesas com vencimentos, salários, encargos sociais, materiais de consumo e diversas despesas relacionadas a custo; em transferências correntes que são aquelas que são destinadas às despesas das quais não corresponde a uma prestação direta como: as transferências intragovernamentais que está subdividida em transferências operacionais que atende as despesas das autarquias e fundações, as subvenções econômicas, e outras; e em transferências intergovernamentais que são transferências feitas de um nível de governo a outro, como os inativos, pensionistas; encargos da dívida interna e externa, contribuição de previdências sociais e diversas transferências correntes; e as despesas de capital que se classificam em: investimentos, que são as despesas com intuito de fazer planejamento e execuções de obras, aquisições de imóveis e aumentar o capital de empresas; inversões financeiras; transferências de capital, que são destinadas a investimentos, amortização da dívida interna e externa e outras despesas de capital.

As despesas do governo, caracterizaram-se, às vezes por falta de recursos crescentes em todos os setores; e com isso tem-se que financiar os seus gastos, tanto de investimentos, quanto de consumo. E sobre este ponto de vista o governo dispõe de inúmeras formas como a emissão de moedas, a cobrança de taxas pelos bens e serviços oferecidos pelo governo, a imposição de tributos ou a elevação das alíquotas dos impostos já existentes e a efetuação de operações de crédito, tendo assim uma dívida.

Analisaremos a tabela 2 das despesas orçamentárias, deflacionadas pelo IGP-DI com base de 1999 e as cifras relacionadas de cada ano e corrigidas em reais .

TABELA 2

CONTINUA

**Santa Catarina - Governo Estadual -Evolução da Despesa Orçamentária
Recurso do Tesouro - 1964 a 1999**

(R\$ mil de 1999)

ESPECIFICAÇÃO	1964	1965	1966	1967
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	371.449	425.279	339.307	356.758
DESPESAS CORRENTES	200.984	231.787	194.688	242.119
Despesas de Custeio	150.498	165.890	129.974	180.981
Pessoal	127.267	137.199	103.574	154.288
Pessoal Civil	0	0	0	0
Pessoal Militar	0	0	0	0
Obrigações Patronais	0	0	0	0
Serviço de terceiros e encargos	4.199	7.357	9.128	12.326
Remuneração de serviços pessoais	0	0	0	0
Outros serviços e encargos	7.734	7.241	5.914	0
Serv. de Conservação, Limp, Copa e Segur.	0	0	0	0
Demais serviços de terceiros e encargos	0	0	0	0
Diversas Despesas de custeio	11.297	1.471	11.358	2.284
Transferências Correntes	50.486	65.898	64.714	61.138
Transferências Intragovernamentais	0	0	0	0
Transferências Operacionais	0	0	0	0
Pessoal e Encargos	0	0	0	0
Serv. de Conservação, Limp, Copa e Segur.	0	0	0	0
Contribuição para formação do PASEP	0	0	0	0
Outras Despesas Correntes	0	0	0	0
Subvenções Econômicas	0	0	0	0
Pessoal e Encargos	0	0	0	0
Outras Despesas Correntes	0	0	0	8.228
Outras Transferências Intragovernamentais	0	0	0	0
Transferências Intergovernamentais	0	0	0	0
Transferência a pessoas	18.001	30.242	18.653	0
Inativos	16.144	20.598	11.494	25.874
Pensionistas	452	1.128	954	1.104
Salário Família	1.405	8.517	6.205	11.654
Outras Transferências a pessoas	0	0	0	0
Encargos da Dívida Interna	68	1.063	1.414	2.720
Encargos da Dívida Externa	0	0	0	0
Contribuição de Previdência Social	7.040	6.420	4.705	320
Diversas Transferências Correntes	18.284	20.049	33.398	11.238
DESPESAS DE CAPITAL	170.464	193.492	144.619	114.639
Investimentos	135.947	15.348	17.798	14.030
Transferências de Capital	23.696	162.816	116.171	98.025
Transferências Intragovernamentais	0	0	0	0
Transferências Intergovernamentais	0	0	0	0
Amortização da Dívida Interna	369	352	652	1.326
Amortização da Dívida Externa	0	0	0	0
Outras Transferências de Capital	0	162.465	115.519	96.698
Outras Despesas de Capital	0	0	10.650	0

TABELA 2

CONTINUA

Santa Catarina - Governo Estadual -Evolução da Despesa Orçamentária
Recurso do Tesouro - 1964 a 1999

(R\$ mil de 1999)

ESPECIFICAÇÃO	1968	1969	1970	1971
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	543.627	561.325	707.087	829.483
DESPESAS CORRENTES	279.274	324.972	463.620	494.251
Despesas de Custeio	206.794	237.728	287.799	314.357
Pessoal	179.001	207.856	245.615	265.044
Pessoal Civil	0	0	0	0
Pessoal Militar	0	0	0	0
Obrigações Patronais	0	0	0	0
Serviço de terceiros e encargos	9.701	8.979	5.663	7.988
Remuneração de serviços pessoais	0	0	0	0
Outros serviços e encargos	3.905	5.818	18.391	23.454
Serv. de Conservação, Limp, Copa e Segur.	0	0	0	0
Demais serviços de terceiros e encargos	0	0	0	0
Diversas Despesas de custeio	1.742	2.383	16.070	15.904
Transferências Correntes	72.480	87.244	175.821	179.894
Transferências Intragovernamentais	0	0	0	0
Transferências Operacionais	0	0	0	0
Pessoal e Encargos	0	0	0	0
Serv. de Conservação, Limp, Copa e Segur.	0	0	0	0
Contribuição para formação do PASEP	0	0	0	0
Outras Despesas Correntes	0	0	0	0
Subvenções Econômicas	0	0	471	3.155
Pessoal e Encargos	0	0	0	0
Outras Despesas Correntes	8.610	9.655	0	83.025
Outras Transferências Intragovernamentais	0	0	0	0
Transferências Intergovernamentais	0	0	0	0
Transferência a pessoas	0	0	0	0
Inativos	35.337	42.077	52.573	0
Pensionistas	1.604	2.092	2.162	0
Salário Família	9.935	12.658	11.526	0
Outras Transferências a pessoas	0	0	2.940	0
Encargos da Dívida Interna	2.138	1.899	3.985	12.164
Encargos da Dívida Externa	0	0	0	0
Contribuição de Previdência Social	2.669	3.199	2.918	5.240
Diversas Transferências Correntes	12.187	3.199	97.558	83.025
DESPESAS DE CAPITAL	264.353	236.353	243.467	335.232
Investimentos	17.084	21.284	19.500	43.213
Transferências de Capital	245.889	197.019	215.370	265.670
Transferências Intragovernamentais	0	0	0	0
Transferências Intergovernamentais	0	0	0	0
Amortização da Dívida Interna	7.509	5.710	12.316	33.388
Amortização da Dívida Externa	0	0	0	0
Outras Transferências de Capital	238.380	191.309	203.054	0
Outras Despesas de Capital	0	0	0	0

TABELA 2

CONTINUA

**Santa Catarina - Governo Estadual -Evolução da Despesa Orçamentária
Recurso do Tesouro - 1964 a 1999**

(R\$ mil de 1999)

ESPECIFICAÇÃO	1972	1973	1974	1975
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	965.685	1.144.251	1.300.623	1.536.332
DESPESAS CORRENTES	589.043	714.556	739.603	822.434
Despesas de Custeio	328.792	377.345	393.720	456.753
Pessoal	282.235	323.005	337.302	398.129
Pessoal Civil	0	0	0	355.774
Pessoal Militar	0	0	0	42.354
Obrigações Patronais	0	0	0	0
Serviço de terceiros e encargos	11.069	18.978	20.042	22.693
Remuneração de serviços pessoais	0	0	0	0
Outros serviços e encargos	17.341	19.816	15.792	17.083
Serv. de Conservação, Limp, Copa e Segur.	0	0	0	0
Demais serviços de terceiros e encargos	0	0	0	0
Diversas Despesas de custeio	6.905	1.891	2.274	3.935
Transferências Correntes	260.251	337.212	345.883	365.681
Transferências Intragovernamentais	0	0	0	0
Transferências Operacionais	0	0	0	0
Pessoal e Encargos	0	0	0	0
Serv. de Conservação, Limp, Copa e Segur.	0	0	0	0
Contribuição para formação do PASEP	0	0	0	0
Outras Despesas Correntes	0	0	0	0
Subvenções Econômicas	2.275	1.309	935	370
Pessoal e Encargos	0	0	0	0
Outras Despesas Correntes	0	0	0	0
Outras Transferências Intragovernamentais	0	0	0	0
Transferências Intergovernamentais	0	0	0	0
Transferência a pessoas	0	0	0	0
Inativos	0	0	0	75.547
Pensionistas	0	0	0	4.739
Salário Família	0	0	0	20.819
Outras Transferências a pessoas	79.785	0	0	6.364
Encargos da Dívida Interna	32.884	34.146	28.820	21.670
Encargos da Dívida Externa	0	0	0	11.760
Contribuição de Previdência Social	6.449	9.777	11.145	107.469
Diversas Transferências Correntes	136.141	199.278	210.617	205.351
DESPESAS DE CAPITAL	376.642	429.695	561.020	713.898
Investimentos	50.222	127.518	139.201	142.178
Transferências de Capital	279.893	288.612	388.551	505.918
Transferências Intragovernamentais	0	0	0	0
Transferências Intergovernamentais	0	0	0	0
Amortização da Dívida Interna	56.126	66.285	57.403	122.209
Amortização da Dívida Externa	0	0	0	21.362
Outras Transferências de Capital	0	220.115	331.147	362.365
Outras Despesas de Capital	46.528	13.565	33.268	65.802

TABELA 2

CONTINUA

**Santa Catarina - Governo Estadual -Evolução da Despesa Orçamentária
Recurso do Tesouro - 1964 a 1999**

(R\$ mil de 1999)

ESPECIFICAÇÃO	1976	1977	1978	1979
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	1.631.339	1.744.832	2.057.818	2.163.497
DESPESAS CORRENTES	924.851	1.014.304	1.066.809	1.232.403
Despesas de Custeio	491.547	494.622	535.295	591.438
Pessoal	418.647	407.371	431.022	469.476
Pessoal Civil	368.182	353.861	378.819	418.438
Pessoal Militar	50.465	53.510	52.202	49.879
Obrigações Patronais	0	0	0	1.159
Serviço de terceiros e encargos	25.793	26.964	31.321	95.424
Remuneração de serviços pessoais	0	0	0	1.015
Outros serviços e encargos	28.953	44.795	50.074	94.409
Serv. de Conservação, Limp, Copa e Segur.	0	0	0	0
Demais serviços de terceiros e encargos	0	0	0	0
Diversas Despesas de custeio	2.500	2.026	4.312	5.102
Transferências Correntes	433.303	519.682	531.514	640.965
Transferências Intragovernamentais	0	0	0	208.970
Transferências Operacionais	0	0	0	200.056
Pessoal e Encargos	0	0	0	0
Serv. de Conservação, Limp, Copa e Segur.	0	0	0	0
Contribuição para formação do PASEP	108.655	113.296	117.617	0
Outras Despesas Correntes	0	0	0	0
Subvenções Econômicas	10.396	5.240	6.286	7.827
Pessoal e Encargos	0	0	0	0
Outras Despesas Correntes	0	0	0	0
Outras Transferências Intragovernamentais	0	0	0	0
Transferências Intergovernamentais	0	0	0	150.473
Transferência a pessoas	0	0	0	126.648
Inativos	80.640	87.607	92.767	95.791
Pensionistas	4.594	4.999	5.507	8.320
Salário Família	18.140	15.930	14.857	14.026
Outras Transferências a pessoas	5.280	4.760	4.487	4.314
Encargos da Dívida Interna	27.861	33.619	34.767	55.689
Encargos da Dívida Externa	21.993	22.711	35.711	68.554
Contribuição de Previdência Social	9.162	7.877	9.896	11.874
Diversas Transferências Correntes	245.300	325.481	301.944	612
DESPESAS DE CAPITAL	706.489	730.528	991.009	931.094
Investimentos	21.091	24.017	58.534	73.639
Transferências de Capital	483.956	572.752	784.336	700.688
Transferências Intragovernamentais	0	0	0	346.910
Transferências Intergovernamentais	0	0	0	179.426
Amortização da Dívida Interna	23.301	34.658	80.075	104.001
Amortização da Dívida Externa	11.186	24.601	66.357	21.263
Outras Transferências de Capital	449.469	513.090	623.538	248
Outras Despesas de Capital	201.442	133.760	148.138	156.767

TABELA 2

CONTINUA

**Santa Catarina - Governo Estadual -Evolução da Despesa Orçamentária
Recurso do Tesouro - 1964 a 1999**

(R\$ mil de 1999)

ESPECIFICAÇÃO	1980	1981	1982	1983
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	2.205.641	1.942.618	2.756.858	2.060.091
DESPESAS CORRENTES	1.279.183	1.284.206	1.817.886	1.439.393
Despesas de Custeio	567.663	682.469	835.591	668.082
Pessoal	459.400	569.486	656.795	542.288
Pessoal Civil	396.881	404.022	578.062	474.550
Pessoal Militar	54.144	56.734	67.786	67.082
Obrigações Patronais	8.375	2.968	10.946	656
Serviço de terceiros e encargos	84.461	90.752	150.002	104.756
Remuneração de serviços pessoais	703	775	1.269	794
Outros serviços e encargos	83.758	27.597	148.733	103.962
Serv. de Conservação, Limp, Copa e Segur.	0	0	0	0
Demais serviços de terceiros e encargos	0	0	0	0
Diversas Despesas de custeio	2.661	2.554	2.810	2.480
Transferências Correntes	711.520	601.737	982.295	771.311
Transferências Intragovernamentais	243.057	271.120	286.145	284.209
Transferências Operacionais	204.840	243.125	242.244	201.283
Pessoal e Encargos	0	0	0	0
Serv. de Conservação, Limp, Copa e Segur.	0	0	0	0
Contribuição para formação do PASEP	0	0	0	0
Outras Despesas Correntes	0	0	0	0
Subvenções Econômicas	36.458	26.600	41.971	61.857
Pessoal e Encargos	0	0	0	0
Outras Despesas Correntes	0	0	0	0
Outras Transferências Intragovernamentais	0	0	0	0
Transferências Intergovernamentais	179.455	11.078	247.019	149.867
Transferência a pessoas	123.224	137.920	179.972	195.959
Inativos	96.026	0	149.446	169.229
Pensionistas	9.254	0	11.576	14.399
Salário Família	13.759	0	12.737	8.333
Outras Transferências a pessoas	254	188	202	221
Encargos da Dívida Interna	37.992	39.273	115.419	88.193
Encargos da Dívida Externa	96.878	103.204	95.645	10.753
Contribuição de Previdência Social	12.227	10.656	8.205	7.906
Diversas Transferências Correntes	2.266	950	8.273	14.717
DESPESAS DE CAPITAL	926.457	658.412	938.971	620.699
Investimentos	108.036	109.294	170.002	82.041
Transferências de Capital	664.063	443.061	656.329	512.507
Transferências Intragovernamentais	331.596	328.883	367.873	221.427
Transferências Intergovernamentais	176.469	15.289	179.482	148.770
Amortização da Dívida Interna	63.191	30.182	46.419	136.591
Amortização da Dívida Externa	22.152	10.730	5.073	275
Outras Transferências de Capital	0	0	55.247	0
Outras Despesas de Capital	154.359	106.057	112.641	26.151

TABELA 2

CONTINUA

**Santa Catarina - Governo Estadual -Evolução da Despesa Orçamentária
Recurso do Tesouro - 1964 a 1999**

(R\$ mil de 1999)

ESPECIFICAÇÃO	1984	1985	1986	1987
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	2.065.513	2.430.393	3.516.440	3.099.647
DESPESAS CORRENTES	1.466.195	1.921.596	2.780.198	2.544.764
Despesas de Custeio	662.766	849.787	1.256.220	1.154.664
Pessoal	513.368	642.157	941.787	907.380
Pessoal Civil	445.842	0	821.961	806.531
Pessoal Militar	66.664	0	118.728	100.038
Obrigações Patronais	861	0	1.098	812
Serviço de terceiros e encargos	125.479	173.859	274.776	207.995
Remuneração de serviços pessoais	596	0	1.503	1.181
Outros serviços e encargos	124.883	0	273.273	206.814
Serv. de Conservação, Limp, Copa e Segur.	0	0	0	0
Demais serviços de terceiros e encargos	0	0	0	0
Diversas Despesas de custeio	1.682	3.160	39.657	39.289
Transferências Correntes	803.429	1.071.808	1.523.978	1.390.100
Transferências Intragovernamentais	274.588	303.039	359.488	369.328
Transferências Operacionais	210.796	0	315.721	334.719
Pessoal e Encargos	0	0	248.747	211.634
Serv. de Conservação, Limp, Copa e Segur.	0	0	0	0
Contribuição para formação do PASEP	0	0	3.174	2.615
Outras Despesas Correntes	0	0	63.799	120.471
Subvenções Econômicas	59.846	0	28.920	18.231
Pessoal e Encargos	0	0	0	0
Outras Despesas Correntes	0	0	0	0
Outras Transferências Intragovernamentais	0	0	14.848	16.378
Transferências Intergovernamentais	155.681	327.799	483.700	423.126
Transferência a pessoas	189.644	234.992	314.909	349.172
Inativos	164.422	0	269.973	295.438
Pensionistas	14.606	0	22.453	28.684
Salário Família	6.896	0	15.576	20.532
Outras Transferências a pessoas	212	0	6.907	4.518
Encargos da Dívida Interna	129.121	167.947	196.836	205.550
Encargos da Dívida Externa	20.257	1.559	113.825	5.674
Contribuição de Previdência Social	11.364	0	20.911	11.512
Diversas Transferências Correntes	10.010	2.927	34.309	25.739
DESPESAS DE CAPITAL	599.318	508.797	736.242	554.883
Investimentos	99.791	103.337	173.790	78.449
Transferências de Capital	450.820	334.781	457.084	441.930
Transferências Intragovernamentais	187.575	210.760	268.849	127.986
Transferências Intergovernamentais	167.863	22.885	21.122	10.410
Amortização da Dívida Interna	76.074	96.190	115.517	292.079
Amortização da Dívida Externa	136	0	984	69
Outras Transferências de Capital	0	0	50.612	11.387
Outras Despesas de Capital	48.707	0	105.367	34.504

TABELA 2

CONTINUA

**Santa Catarina - Governo Estadual -Evolução da Despesa Orçamentária
Recurso do Tesouro - 1964 a 1999**

(R\$ mil de 1999)

ESPECIFICAÇÃO	1988	1989	1990	1991
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	2.807.936	3.720.624	3.672.419	2.785.848
DESPESAS CORRENTES	2.123.383	2.747.600	3.002.030	2.335.083
Despesas de Custeio	1.031.203	1.232.782	1.249.056	891.611
Pessoal	725.490	1.038.329	1.076.947	698.429
Pessoal Civil	622.055	891.424	878.371	573.653
Pessoal Militar	102.709	145.588	198.206	124.300
Obrigações Patronais	726	1.318	370	476
Serviço de terceiros e encargos	269.519	146.783	131.287	162.290
Remuneração de serviços pessoais	1.137	1.375	2.032	907
Outros serviços e encargos	268.382	145.409	129.255	161.382
Serv. de Conservação, Limp, Copa e Segur.	0	0	0	0
Demais serviços de terceiros e encargos	0	0	0	0
Diversas Despesas de custeio	36.194	47.669	40.821	30.893
Transferências Correntes	1.092.180	1.514.818	1.752.974	1.443.472
Transferências Intragovernamentais	323.569	429.057	407.197	312.748
Transferências Operacionais	280.711	272.563	276.872	172.577
Pessoal e Encargos	230.610	263.397	176.011	160.166
Serv. de Conservação, Limp, Copa e Segur.	0	0	0	0
Contribuição para formação do PASEP	1.511	1.410	2.023	1.920
Outras Despesas Correntes	48.590	7.756	98.838	10.491
Subvenções Econômicas	35.102	115.037	100.796	116.137
Pessoal e Encargos	0	0	0	0
Outras Despesas Correntes	0	0	0	0
Outras Transferências Intragovernamentais	262.396	41.458	29.528	24.034
Transferências Intergovernamentais	336.493	457.922	617.035	544.784
Transferência a pessoas	297.498	470.004	491.696	319.178
Inativos	260.265	399.388	433.943	263.019
Pensionistas	23.347	49.007	35.508	46.180
Salário Família	11.474	19.769	21.438	9.558
Outras Transferências a pessoas	2.412	1.841	808	421
Encargos da Dívida Interna	80.471	57.612	175.377	192.124
Encargos da Dívida Externa	12.411	51.391	2.271	17.540
Contribuição de Previdência Social	15.760	10.071	10.420	8.296
Diversas Transferências Correntes	25.977	38.761	48.978	48.802
DESPESAS DE CAPITAL	684.553	973.024	670.390	450.766
Investimentos	67.574	84.839	24.488	58.869
Transferências de Capital	589.273	853.720	632.056	379.967
Transferências Intragovernamentais	145.385	190.205	192.500	154.582
Transferências Intergovernamentais	9.389	19.070	26.834	30.017
Amortização da Dívida Interna	404.490	639.633	407.190	176.168
Amortização da Dívida Externa	56	60	177	2.810
Outras Transferências de Capital	29.953	4.753	5.354	16.390
Outras Despesas de Capital	27.706	34.465	13.847	11.929

TABELA 2

CONTINUA

**Santa Catarina - Governo Estadual -Evolução da Despesa Orçamentária
Recurso do Tesouro - 1964 a 1999**

(R\$ mil de 1999)

ESPECIFICAÇÃO	1992	1993	1994	1995
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	3.080.714	2.725.944	3.756.519	3.630.128
DESPESAS CORRENTES	2.278.397	2.223.165	2.599.817	3.023.048
Despesas de Custeio	1.144.402	965.493	1.163.386	1.319.275
Pessoal	789.121	752.009	890.648	1.086.014
Pessoal Civil	672.767	631.262	756.677	881.089
Pessoal Militar	113.694	117.642	127.878	166.110
Obrigações Patronais	2.661	3.105	6.093	38.815
Serviço de terceiros e encargos	309.709	167.892	188.114	177.781
Remuneração de serviços pessoais	3.147	4.702	6.597	5.702
Outros serviços e encargos	306.562	163.190	181.517	172.079
Serv. de Conservação, Limp, Copa e Segur.	5.676	5.470	6.070	7.779
Demais serviços de terceiros e encargos	300.886	157.720	175.447	164.300
Diversas Despesas de custeio	45.572	45.592	84.623	55.480
Transferências Correntes	1.133.995	1.257.672	1.436.432	1.703.773
Transferências Intragovernamentais	107.270	242.909	262.540	304.974
Transferências Operacionais	85.785	65.293	87.056	103.698
Pessoal e Encargos	61.932	48.238	48.119	49.193
Serv. de Conservação, Limp, Copa e Segur.	701	1.388	1.399	1.184
Contribuição para formação do FASEP	1.219	1.294	2.172	1.487
Outras Despesas Correntes	21.932	14.373	35.366	51.834
Subvenções Econômicas	0	170.707	148.488	167.760
Pessoal e Encargos	0	165.881	111.275	164.911
Outras Despesas Correntes	0	4.826	37.213	2.849
Outras Transferências Intragovernamentais	21.485	6.908	26.996	33.517
Transferências Intergovernamentais	531.441	512.400	622.123	701.210
Transferência a pessoas	354.384	341.304	362.894	481.247
Inativos	304.141	317.477	333.752	454.986
Pensionistas	40.333	14.455	21.589	15.800
Salário Família	9.427	6.900	4.476	5.109
Outras Transferências a pessoas	483	2.472	3.076	5.352
Encargos da Dívida Interna	68.436	78.443	115.695	133.324
Encargos da Dívida Externa	12.743	24.161	20.884	22.166
Contribuição de Previdência Social	10.220	7.161	14.153	15.695
Diversas Transferências Correntes	49.501	51.294	38.144	45.156
DESPESAS DE CAPITAL	802.317	502.779	1.156.702	607.080
Investimentos	54.978	100.420	117.681	92.358
Transferências de Capital	708.891	379.589	1.015.092	501.300
Transferências Intragovernamentais	215.893	275.957	389.912	183.902
Transferências Intergovernamentais	31.253	26.188	32.892	49.027
Amortização da Dívida Interna	452.567	33.956	570.671	245.074
Amortização da Dívida Externa	6.570	41.587	18.678	22.665
Outras Transferências de Capital	2.608	1.902	2.939	633
Outras Despesas de Capital	38.448	22.770	23.928	13.422

TABELA 2

**Santa Catarina - Governo Estadual -Evolução da Despesa Orçamentária
Recurso do Tesouro - 1964 a 1999**

(R\$ mil de 1999)

ESPECIFICAÇÃO	1996	1997	1998	1999
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	4.167.77	4.075.539	3.466.604	3.261.321
DESPESAS CORRENTES	3.377.390	3.166.813	3.135.048	2.766.529
Despesas de Custeio	1.311.512	1.259.247	1.407.649	1.259.272
Pessoal	1.008.144	993.480	1.123.480	1.047.807
Pessoal Civil	834.787	821.130	901.897	799.422
Pessoal Militar	159.112	158.432	204.293	187.252
Obrigações Patronais	14.245	13.918	17.291	61.133
Serviço de terceiros e encargos	214.058	204.851	219.168	170.222
Remuneração de serviços pessoais	4.970	5.169	7.082	5.846
Outros serviços e encargos	209.088	199.682	212.086	164.376
Serv. de Conservação, Limp, Copa e Segur.	9.220	10.700	19.275	18.995
Demais serviços de terceiros e encargos	199.868	188.981	192.810	145.382
Diversas Despesas de custeio	89.309	60.916	65.001	41.243
Transferências Correntes	2.065.878	1.907.566	1.727.399	1.507.256
Transferências Intragovernamentais	308.386	304.983	129.863	139.409
Transferências Operacionais	98.274	100.442	0	0
Pessoal e Encargos	51.822	42.782	0	0
Serv. de Conservação, Limp, Copa e Segur.	2.180	2.346	0	0
Contribuição para formação do PASEP	1.500	2.690	0	0
Outras Despesas Correntes	42.772	52.624	0	0
Subvenções Econômicas	150.376	151.506	129.863	139.409
Pessoal e Encargos	147.607	150.210	125.322	132.304
Outras Despesas Correntes	2.769	1.296	4.541	7.106
Outras Transferências Intragovernamentais	59.736	53.036	0	0
Transferências Intergovernamentais	714.348	709.053	690.852	690.049
Transferência a pessoas	557.261	564.381	632.737	482.239
Inativos	534.935	543.519	614.237	468.049
Pensionistas	15.165	13.356	11.789	11.808
Salário Família	4.739	4.058	4.564	581
Outras Transferências a pessoas	2.422	3.448	2.147	1.801
Encargos da Dívida Interna	439.819	241.571	181.683	98.169
Encargos da Dívida Externa	22.917	20.035	13.399	30.537
Contribuição de Previdência Social	17.607	20.011	13.799	21.629
Diversas Transferências Correntes	5.541	47.532	65.066	45.223
DESPESAS DE CAPITAL	790.384	908.726	331.556	494.792
Investimentos	75.984	50.408	172.479	60.575
Transferências de Capital	692.412	846.411	141.827	168.444
Transferências Intragovernamentais	255.971	151.171	0	0
Transferências Intergovernamentais	39.432	33.237	24.867	4.614
Amortização da Dívida Interna	368.275	638.763	93.090	125.862
Amortização da Dívida Externa	24.306	23.240	21.891	37.934
Outras Transferências de Capital	4.428	0	1.979	35
Outras Despesas de Capital	21.988	11.907	17.250	265.772

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda / Balanço Geral do Estado

Obs: Valores a preços em R\$ de 1999/1.000,00

Elaboração: Márcia N.B. Brasil

De acordo com a tabela 2, consta à evolução das principais componentes da Despesa Orçamentária de Santa Catarina do período de 1964 a 1999, e ilustrada no gráfico nº 3, podem se destacadas algumas relações a ser explicada ao longo deste período, como a despesa corrente, que nesta se observa a despesa de custeio que envolve os gastos com pessoal, os encargos da dívida; e nas despesas de capital, podemos citar os investimentos, as amortizações da dívida e outras despesas de capital.

No período de 1964 a 1999, como já foi visto nas receitas, notamos que houve alguns períodos de expansão e outros de declínio no nosso país da qual refletiu a todos os estados brasileiros, conforme já foi relatado no capítulo 2.

O desempenho das despesas na década de 60, foi semelhante ao das receitas, permaneceram constantes, mas as despesas eram mais elevadas do que as receitas nos anos de 1964 e 1965 criando assim um déficit. A partir de 1967, as despesas orçamentárias começam a crescer, até 1980 justamente com a ideologia de expansão econômica e social, as receitas se elevam mais do que as despesas, causando neste período mais superávit do que déficit.

Em 1981, tendo como governante Jorge Konder Bornhausen e uma das suas diretrizes era fazer uma organização administrativa e de planejamento, e juntamente com este período é incorporado no país vários pacotes econômicos, a recessão e a desaceleração do país, as despesas orçamentárias começam a cair chegando a 1984 a 35 % a menos do que 1983; estes números mostram que não houve investimentos neste período.

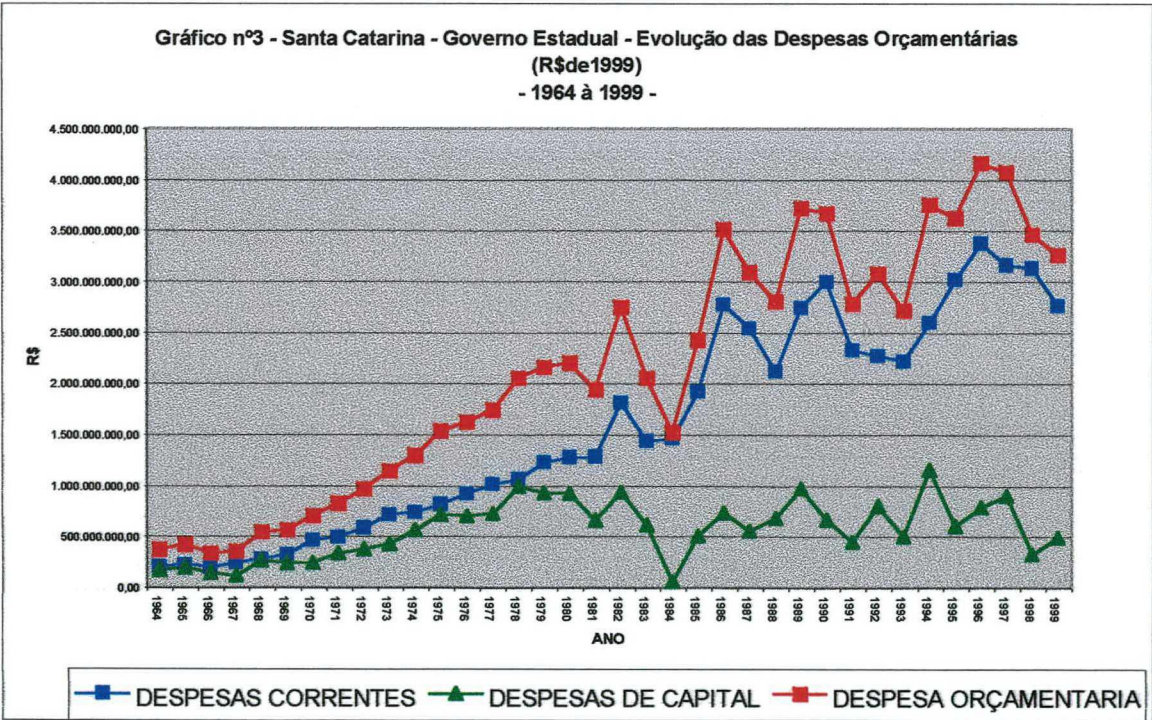
Já em 1985 as despesas começam a se elevar atingindo um pico em 1986, onde mostra o gráfico 2, este aumento das despesas, principalmente no item que compõe os gastos com pessoal é fortemente influenciado com o final de um governo, que neste ano o governante era Esperidião Amin Helou Filho e que assumiria era Pedro Ivo Campos; pode-se observar que houve uma outra queda nas despesas em 1988, representou cerca de 20% em relação a 1986.

É importante ressaltar que no governo de Pedro Ivo Campos (1988 a 1990), houve uma preocupação com as amortizações e renegociações da dívida herdadas das administrações anteriores, em virtude disso as despesas se elevaram à cerca de 33%, e as despesas correntes também crescem por causa das recomposições salariais ocorridas no ano de 1990.

Em 1991 começa o governo de Vilson Kleinunbing, e com todo início de ciclo governamental, há uma repressão nas despesas correntes. Neste período podemos dizer que houve duas elevações, a primeira em 1992, em virtude da amortização da dívida onde as despesas de capital chegaram a 78% maior que 1991; e a segunda foi no fim do seu ciclo em 1994, que além dos investimentos, houve uma recuperação nos gastos com inativos.

No último ciclo desta série, que seria de 1994 a 1999, observa-se o crescimento das despesas, por causa da estabilização dada pelo Plano Real e a queda da inflação; é importante ressaltar que nesta época, tiveram muitas aposentadorias impulsionadas pelas expectativas em relação à reforma previdenciária e também tiveram um aumento nas vantagens salariais; tendo um acréscimo nas despesas de capital e em particular nas amortizações da dívida que chegaram a consumir 19,5% em 1996 e 22% em 1997.

E para finalizar, o último ano analisado (1999), teve uma queda nas despesas tanto corrente quanto de capital, novamente em virtude da nova administração, do qual iniciou o governo de Esperidião Amin Helou Filho.



CAPÍTULO IV

A DÍVIDA PÚBLICA E O DÉFICIT

Como já foi abordado alguns conceitos e a série completa das receitas e despesas orçamentárias, que era o principal objetivo desta dissertação, mostraremos agora a evolução da dívida e seus causadores.

4.1- A Evolução da Dívida Pública

De acordo com a Constituição de Santa Catarina, o Título VII, das finanças públicas, capítulo I, das disposições gerais, art. 116 e 117 diz o seguinte:

“Art 116 – As disponibilidades financeiras dos órgãos e entidades da administração pública serão depositadas em instituições financeiras oficiais do Estado e somente através delas poderão ser aplicadas. &3º Na administração da dívida pública, o Estado observará a competência do Senado Federal para:

- I – Autorizar operações externas de natureza financeira;
- II – Fixar limites globais para o montante da dívida consolidada;
- III – Dispor sobre limites globais e condições para as operações de créditos externo e interno;
- IV – Estabelecer limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária.

Art 117 – A dívidas dos órgãos e entidades da administração pública serão, independentemente de sua natureza, quando inadimplidas, monetariamente atualizadas, a partir do dia de seu vencimento e até o de sua liquidação de obrigações tributárias.

Parágrafo único – Essa disposição não se aplica a operações de crédito contratadas com instituições financeiras”.

A Dívida Pública é o resultado das operações de crédito realizadas pelos órgãos do Setor Público, com o objetivo de antecipar a receita orçamentária ou atender a desequilíbrios orçamentários e a financiamentos de obras e serviços públicos; ela abrange, também, as operações de créditos destinadas exclusivamente aos objetivos da política monetária (Silva, 1976).

A dívida pode ser classificada quanto aos prazos : a flutuante ou dívida de médio e longo prazo, que se diz que é quando o período de amortização ou resgate não ultrapassa 12 meses, compreendendo nos restos a pagar, os serviços da dívida a pagar, os depósitos e os débitos de tesouraria, ou seja, os pagamentos que independem de autorização orçamentária; ou fundada, quando o período de amortização ou resgate for superior a 12 meses, que se refere aos compromissos em títulos ou por contrato, assumidos interna ou externamente, cujos pagamentos de amortização ou resgate dependem de autorização legislativa. (Silva , 1976)

Podemos ainda classificar a dívida: quanto a sua origem dos recursos que poderá ser interna ou externa; quanto à base de empréstimo que pode ser feito através da emissão e colocação de títulos públicos ou através da assinatura de um contrato; e conforme o tipo de responsabilidade do tomado: que pode ser direta quando o tomado é o único responsável e indireta quando a dívida é garantida por um avalista.

No Setor Público brasileiro a partir de 1964/1965 a dívida pública no que se diz respeito ao financiamento dos seus gastos passou a ter um papel muito relevante.

“A nível Federal, foram criados títulos com características atrativas ao investidor , tais como correção monetária periódica, prazos de resgate relativamente curtos, facilidade de comercialização e vantagens para efeito de Imposto de Renda para as pessoas físicas e jurídicas. Ao nível Estadual e Municipal resume-se em um mecanismo de restrições e de controle ao endividamento dessas entidades” (Silva,1976)

Daremos um enfoque agora sobre as restrições que limitam o endividamento e déficit, que na verdade são três altamente relevantes: o primeiro é o mercado de crédito e débito existente de um credor e um devedor que deixe de honrar com os seus compromissos tende a claudicar e ser hostil, sendo negado o acesso em diversos setores o seu desenvolvimento.

A segunda restrição decorre de uma inflação, onde se o déficit for muito elevado e dependendo da conjuntura, não haverá como financiá-lo através de novos títulos e o governo por sua vez não tem outra alternativa de lançar mão através da emissão monetária, esta gera expansão de meios de pagamentos superiores a quantidades de bens, serviços da economia que refletirá nos níveis de preços.

E a terceira restrição é referente a promulgação de instituições que insere numa implantação de uma política fiscal, o que fica a sociedade com a economia desenvolvida

com o bem-estar social, instituições coerentes. É de responsabilidade por parte de governantes e dirigentes criarem mecanismos para minimizar e entrar em ação em determinados momentos quando o déficit público se mantém elevado, embora estes contrastes do governo e sociedade tenham uns estágios de um certo desenvolvimento, de carências sociais e a fragilidade de instituições é difícil conscientizações e lideranças dos problemas de políticas fiscais sem o arrocho devido aonde venha a buscar soluções drásticas do desenvolvimento publico, aumento o ônus dos impostos

Já na inflação existem três fatores que faz com que ela se eleve: os efeitos da propagação da inflação; a correção monetária de indexação da economia; e o déficit que ao emitir moeda e levar o crédito para manter o nível de liquidez da economia, o governo é obrigado a sancionar a inflação em curso.

Partindo-se de um orçamento equilibrado, um aumento de gastos do governo irá gerar um déficit, que poderá ser financiado por emissão de moedas ou pela colocação de títulos junto ao público.

“Sendo assim se diz que a necessidade de financiamento do setor público engloba os déficits dos três níveis do governo(Federal, Estadual e Municipal) mais a necessidade de financiamento das empresas estatais.”(Lozardo,1987)

“O cálculo dessa variável é obtido segundo a ótica do financiamento, isto é, pela variação anula dos saldos líquidos das contas de financiamento das instituições que concedem crédito ao setor público. Esta definição considera como despesas toda a correção monetária ou cambial que incide sobre o estoque da dívida pública”.(Lozardo,1987)

Podemos assim conceituar então que

“o déficit operacional que é obtido descontando-se, da variação anula do endividamento global do setor público, os valores correspondentes às correções monetárias e cambiais anuais desses débitos; o déficit nominal, que abrange a correção da dívida, é tão importante quanto o do déficit operacional não basta cortar o déficit operacional. É preciso reduzir também o déficit nominal para que as taxas de juros no mercado livre não fiquem pressionadas pelo giro dos títulos do governo; já o conceito de déficit de caixa exclui todo o excesso de gastos públicos financiados junto ao sistema bancário interno e externo, bem como junto às empresas não –financiadas; é obtido comparando-se as despesas e receitas constantes dos orçamentos fiscais e monetários, sendo, portanto, um conceito de insuficiência de caixa do governo federal.” (Lozardo,1997)

E também existe o conceito de déficit em conta corrente que é conceito alternativo de déficit e, por isso, necessita de muita atenção, é diferença entre receitas e despesas correntes do governo; esta diferença mede a contribuição do governo para a economia e para o crescimento; os governos supostamente mobilizam recursos e contribuem para um avanço do crescimento.

Analisando a tabela 3, e o gráfico 4, sobre a evolução da Dívida Pública podemos dizer que a dívida, tanto interna quanto externa, nos anos 60, após 1964 era baixa em relação aos anos 70. Esta começará a ser representativa somente a partir do ano de 1968, com o milagre brasileiro, da qual a sua opção de crescimento era com o endividamento externo e com o processo de expansão iniciado em 1967 que alcançará o seu auge em 1973; em 1974 dará início ao processo de desaceleração econômica, em virtude da primeira crise do petróleo, causando o estrangulamento do setor público; neste período a taxa de inflação, que era cadente até 1973, volta a crescer até 1981, onde alcançara numa média de 1974 a 1981 a cerca de 70%; e a dívida interna em 1982 chega cerca de 1,6 bilhões de reais.

Nos anos 70, além dos choques de petróleo, existiram financiamentos externos com juros flutuantes, a estatização da dívida onde o volume de endividamento era crescente, e o déficit público neste período foi um fator importante da aceleração da inflação (gráfico 4) e conseqüentemente o aumento da dívida pública.

Nos anos 80, o desemprego era generalizado, e o desequilíbrio na balança de pagamento se elevou. Com isso, houve um aumento do endividamento interno, acelerando cada vez mais o déficit público; nesta ocasião teve transferências da dívida externa do setor privado para o setor público; então, o governo lançou algumas tentativas para a solução da crise como: segurar o processo inflacionário com os planos de estabilização, pois a inflação era muito crescente; recuperar as receitas públicas retornando assim o crescimento econômico. A dívida interna de Santa Catarina chegou a 11 bilhões de reais em 1989, e em 1990 ela passa a 4 bilhões de reais, mesmo tendo uma inflação de 2739%, que em 1991 passou para 413%, pois em 1990 foram alongadas e renegociadas todas as dívidas reconhecidas e assumidas pelo Governo de Santa Catarina com o Banco Central.

Em 1993 e 1994 a inflação chegou a respectivamente 2104% e 2407%, e o governo Federal para acabar de vez com a inflação lançou o plano Real, que teve um reflexo

significativo na dívida interna de Santa Catarina, que chegou a 3,6 bilhões em 1994 e 2,8 bilhões em 1995.

A partir de 1995 e até 1999, com o plano real já ancorado, pode-se notar que a taxa

TABELA 3

**SANTA CATARINA - GOVERNO ESTADUAL - EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA
RECURSOS DO TESOURO 1964 - 1999**

(R\$ de 1999)

ANO	DÍVIDA INTERNA	DÍVIDA EXTERNA
1964	6.292.814,43	5.473.059,50
1965	14.371.982,97	3.844.747,42
1966	10.400.664,99	3.908.283,85
1967	3.206.087,48	15.002.682,07
1968	105.105.333,55	4.831.157,77
1969	84.916.120,54	3.362.018,74
1970	59.329.679,42	2.518.581,37
1971	125.077.311,00	125.328.904,64
1972	137.261.383,95	187.135.907,29
1973	108.782.635,01	138.765.057,66
1974	140.724.302,57	95.603.805,25
1975	264.601.611,14	206.067.486,91
1976	370.665.992,34	319.259.478,89
1977	400.583.194,89	341.476.736,12
1978	450.273.690,43	644.506.718,75
1979	540.206.439,86	961.234.542,46
1980	524.088.439,28	726.486.938,16
1981	854.049.877,10	768.113.483,34
1982	1.604.640.122,58	792.090.959,46
1983	1.839.822.870,88	1.510.109.284,60
1984	2.084.387.151,01	1.688.663.561,28
1985	2.411.723.820,03	1.757.561.133,95
1986	1.722.030.881,07	1.160.612.145,82
1987	5.541.762.257,76	1.783.549.740,23
1988	7.507.818.405,77	2.453.442.811,81
1989	11.182.424.055,46	2.713.000.470,13
1990	4.865.194.142,57	803.218.389,63
1991	5.311.465.580,15	989.697.929,20
1992	6.098.445.782,75	1.091.075.386,21
1993	7.945.080.578,09	1.169.389.427,86
1994	3.681.557.050,38	393.299.823,83
1995	2.897.780.853,76	292.700.675,45
1996	3.845.488.672,09	288.321.801,05
1997	4.068.465.884,66	299.001.468,19
1998	4.527.084.180,24	293.359.041,25
1999	5.460.019.388,11	358.004.302,89

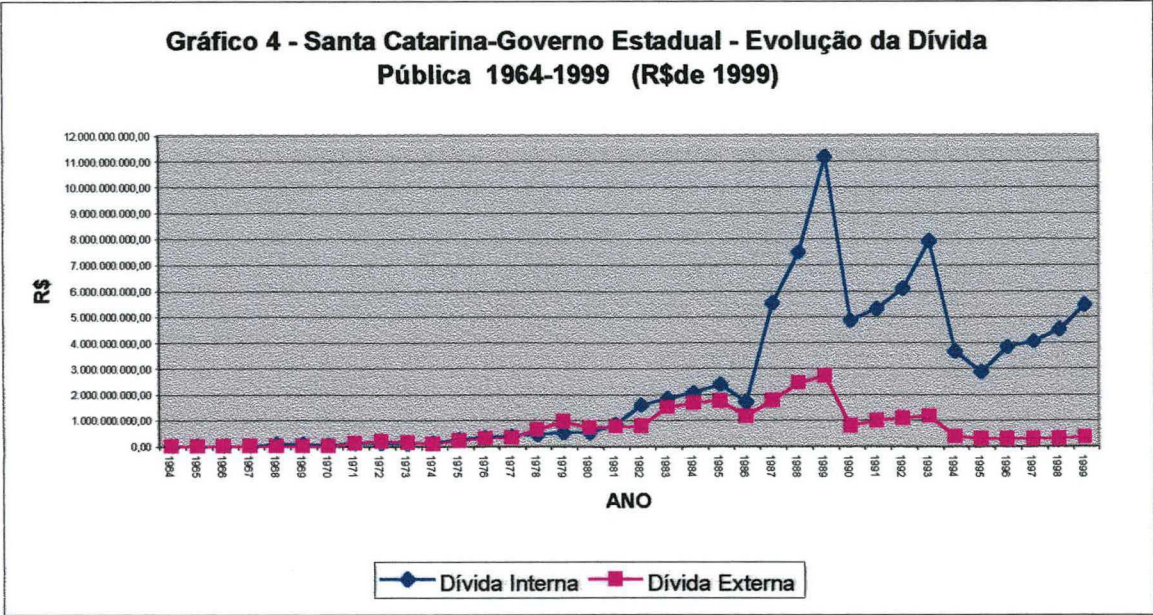
Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda / Balanço Geral do Estado /

Obs: Valores em R\$ 1000,00 de 1999

Elaboração: Márcia N.B. Brasil

de inflação reduziu drasticamente, chegando neste período a uma média de 21%, mesmo com a inflação baixa a dívida interna começou a se elevar, em virtude da emissão de dívida para pagamentos de precatórios e pela rolagem integral da dívida pelas linhas de créditos; neste período, muitas das dívidas que estavam escondidas apareceram, como a dívida do IPESC, que mesmo sendo descontado do funcionalismo público, não repassava o dinheiro para os seus credores, aumentando cada vez mais a sua dívida.

Em 1999, podemos observar um aumento da dívida tanto interna e externa, isso se explica também pelo aumento da inflação que está querendo ameaçar a Moeda Nacional e o país e conseqüentemente reflete em todo o Brasil; pois desde 1999 o dólar vem aumentando e junto com ele o aumento das tarifas públicas, do combustível e tudo que envolve produtos importados.



4.2 A Evolução do Déficit

O déficit público é identificado na execução orçamentária, quando as despesas são menores que as receitas; e quando as receitas são maiores que as despesas, podemos dizer que se forma o superávit, ilustrado no gráfico nº 5. No qual podemos observar que nos anos 60 o déficit não era significativo, e nos anos de 1967 a 1969 teve no Governo de Santa Catarina um superávit nas receitas correntes, pois esse período era motivado pela expansão ocorrida no país.

Já em 1975, podemos notar que o superávit chegou a R\$ 148 milhões e se elevando em 1978 a R\$ 256 milhões e decaindo em 1976 a R\$ 28 milhões.

Já o déficit nos anos 70, ocorreu em 1973 com cerca de R\$ 40 milhões, em virtude do choque do petróleo.

Podemos notar que quando a dívida pública começa a subir, o déficit se mantém paralelo a ela, tendo uma elevação significativa, principalmente nos anos 80 até 1995, em virtude da estagnação e desarticulação da economia, o aumento do endividamento interno e o recrudescimento da inflação.

Nota-se que a elevação do déficit se deu a partir de 1984, chegando o seu pico maior em 1988 com R\$ 633 milhões.

E como já observado a dívida pública, neste mesmo período também teve o seu maior pico em 1988.

Em 1996 o déficit, dá lugar ao superávit, que chega a R\$ 279 milhões.

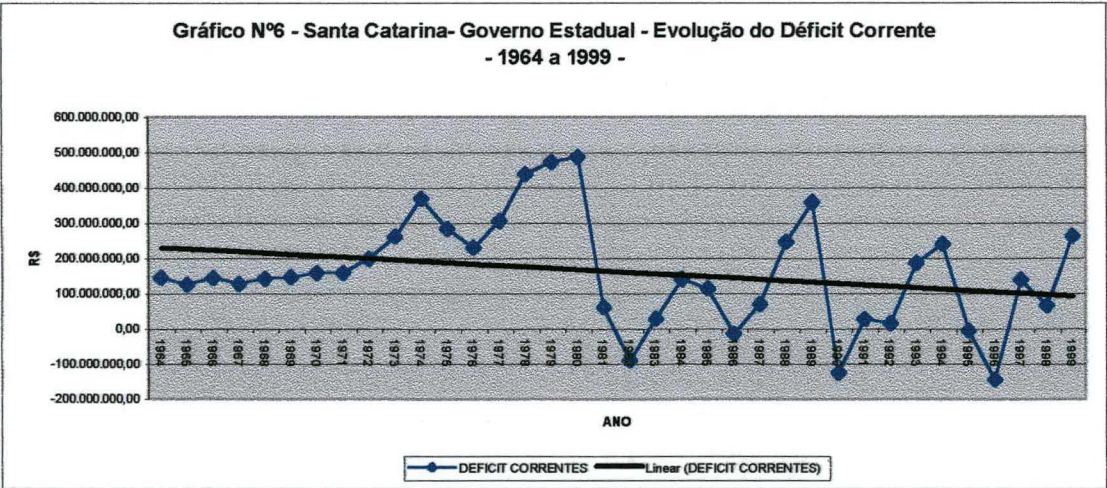
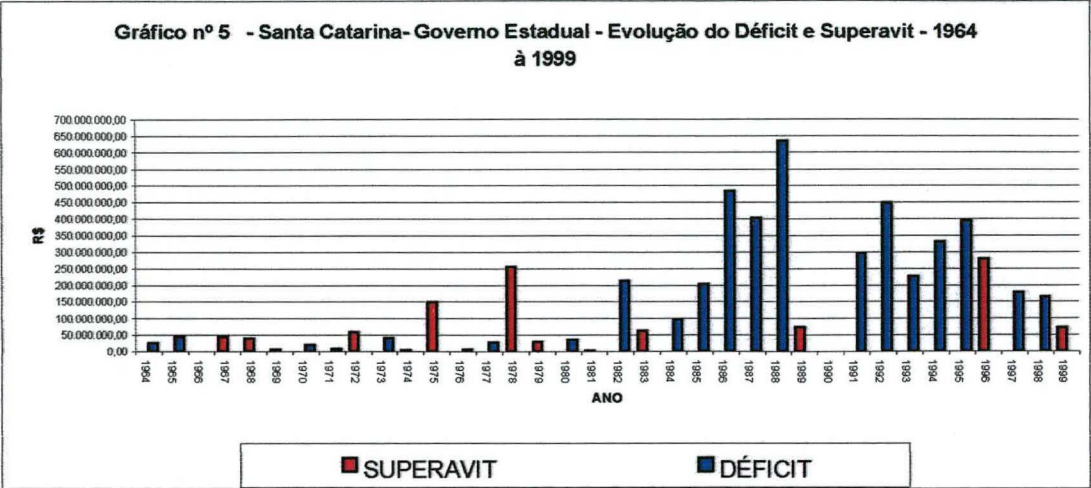
A partir de 1997 se observa um declínio, no déficit e superávit, este declínio está relacionado com o Plano Real, da qual reduziu a dívida pública de Santa Catarina neste mesmo período.

No gráfico nº 6, podemos notar que o déficit corrente, segue a mesma análise acima, pois também anda paralelamente com a dívida e a taxa de inflação, da qual nos anos 60 era relativamente baixa em virtude do processo de expansão ocorrido no país neste período.

A partir dos anos 70, o governo teve mais gasto com pessoal e conseqüentemente, houve um aumento nas despesas correntes, do qual as receitas correntes da época não cobriram as despesas, criando assim um déficit corrente.

Nos anos 80, este déficit se reduz, do qual pode-se notar que em 1982, 1986, 1990 e 1996 o Estado tem um superávit corrente.

E por fim podemos analisar que mesmo tendo altos e baixos, o déficit corrente se mantém constante em relação à linha da tendência.



5. CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como objetivo maior a construção da série econômica de receitas e despesas orçamentárias e da dívida pública de 1964 a 1999. Tendo este objetivo sido atendido, um outro estudo futuro poderia ampliar a cobertura da presente série para anos anteriores. Contudo, tal estudo deverá resolver o problema da mudança do sistema de contas públicas brasileiras, que ocorreu a partir de 1964.

Podemos observar, com o decorrer deste trabalho, que as contas públicas do Estado de Santa Catarina mostram várias flutuações, tanto nas receitas, despesas, dívida e no déficit. Conforme foi relatado, houve várias causas do aumento da dívida pública e do déficit, como nos anos 70 com o choque do petróleo que abalou toda economia brasileira e conseqüentemente a de Santa Catarina; nos anos 80 e 90, podemos notar a estagnação e desarticulação da economia, o aumento do endividamento interno, e principalmente o recrudescimento da taxa da inflação; da qual houve uma recuperação econômica só a partir de 1994 com o Plano Real.

Conclui-se que, mesmo com a redução drástica da inflação, ocorreu o aumento das despesas, da dívida pública e do déficit público, criando assim um grave endividamento público o qual ameaça estancar o crescimento do País e do Estado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARIDA P. *Dívida externa, recessão e ajuste estrutural: o Brasil diante da crise*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 206p.
- BRESSER PEREIRA, L.C. *Desenvolvimento e crise no Brasil 1930-1983*, 14º edição atualizada, editora Brasiliense, 1985. 298p.
- BLEJER M.I., CHEASTY A. *Como medir o Déficit Público: Questões analíticas e metodológicas*. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, 1999. 464p.
- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - 1988, obra coletiva de autoria da Editora Saraiva, com a colaboração de Antonio Luiz de Toledo Pinto, Maria Cristina Vaz dos Santos Windt e Luiz Eduardo Alves de Siqueira, 27º edição, São Paulo: Saraiva, 2001. 331p.
- CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA – 1989, Florianópolis: Insular, 1999. 256p.
- COSTIN, M.C. *Administração Pública Gerencial: Um novo modelo de Gestão*. In: Seminário Nacional de Administração Pública Gerencial, 1, 1998. Salvador, IBAP – Desenvolvimento & Eventos 1998. p.01-10.
- GIACOMONI, J. *Orçamento Público*. 6ª edição. Revista e atualizada. São Paulo: Editora Atlas, 1996. 247p.
- GIAMBIAGI, F., ALÉM A.C. *Finanças Públicas: teoria e prática no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1999. 380p.
- GOULART, R. *Análise dos Gastos com Pessoal na Administração Pública Catarinense*, Monografia, Florianópolis, 2000.
- LOZARDO E. *Déficit Público Brasileiro: Política Econômica e ajuste estrutural*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 288p.
- MATTOS, F. M. *Santa Catarina: Nova Dimensão*. Ed. UFSC, 1973. 448p.
- MICHELS I. L. *Uma Crítica à Economia Catarinense*. Campina Grande, jun, 1993. Dissertação (Mestrado em Economia). Curso de Mestrado em Economia, Universidade Federal da Paraíba, Campus II.

- RIANI, F. *Economia do Setor Público: uma abordagem introdutória*. São Paulo: Ed. Atlas, 1980, 193p.
- SANSON, J.R., SEABRA, F. *Análise do Gasto Estadual com Pessoal*: Estado de Santa Catarina. Brasília, Ipea, 1998. 37p.
- SANTA CATARINA. Governo do Estado, Secretaria da Fazenda, Coordenação de Administração Financeira. *Prestação de Contas do Exercício de 1964*, Florianópolis, [1965].
- SANTA CATARINA. Governo do Estado, Secretaria da Fazenda, Coordenação de Administração Financeira. *Prestação de Contas do Exercício de 1965*, Florianópolis, [1966].
- SANTA CATARINA. Governo do Estado, Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, Coordenação de Administração Financeira. *Prestação de Contas do Exercício de 1966*, Florianópolis, [1967].
- SANTA CATARINA. Governo do Estado, Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, Coordenação de Administração Financeira. *Prestação de Contas do Exercício de 1967*, Florianópolis, [1968].
- SANTA CATARINA. Governo do Estado, Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, Coordenação de Administração Financeira. *Prestação de Contas do Exercício de 1968*, Florianópolis, [1969].
- SANTA CATARINA. Governo do Estado, Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, Coordenação de Administração Financeira. *Prestação de Contas do Exercício de 1969*, Florianópolis, [1970].
- SANTA CATARINA. Governo do Estado, Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, Coordenação de Administração Financeira. *Prestação de Contas do Exercício de 1970*, Florianópolis, [1971].
- SANTA CATARINA. Governo do Estado, Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, Coordenação de Administração Financeira. *Prestação de Contas do Exercício de 1971*, Florianópolis, [1972].
- SANTA CATARINA. Governo do Estado, Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, Coordenação de Administração Financeira. *Prestação de Contas do Exercício de 1972*, Florianópolis, [1973].

- SANTA CATARINA. Governo do Estado, Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, Coordenação de Administração Financeira. *Prestação de Contas do Exercício de 1973*, Florianópolis, [1974].
- SANTA CATARINA. Governo do Estado, Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, Coordenação de Administração Financeira. *Prestação de Contas do Exercício de 1974*, Florianópolis, [1975].
- SANTA CATARINA. Governo do Estado, Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, Coordenação de Administração Financeira. *Prestação de Contas do Exercício de 1975*, Florianópolis, [1976].
- SANTA CATARINA. Governo do Estado, Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, Coordenação de Administração Financeira. *Prestação de Contas do Exercício de 1976*, Florianópolis, [1977].
- SANTA CATARINA. Governo do Estado, Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, Coordenação de Administração Financeira. *Prestação de Contas do Exercício de 1977*, Florianópolis, [1978].
- SANTA CATARINA. Governo do Estado, Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, Coordenação de Administração Financeira. *Prestação de Contas do Exercício de 1978*, Florianópolis, [1979].
- SANTA CATARINA. Governo do Estado, Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, Coordenação de Administração Financeira. *Prestação de Contas do Exercício de 1979*, Florianópolis, [1980].
- SANTA CATARINA. Governo do Estado, Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, Coordenação de Administração Financeira. *Prestação de Contas do Exercício de 1980*, Florianópolis, [1981].
- SANTA CATARINA. Governo do Estado, Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, Coordenação de Administração Financeira. *Prestação de Contas do Exercício de 1981*, Florianópolis, [1982].
- SANTA CATARINA. Governo do Estado, Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, Coordenação de Administração Financeira. *Prestação de Contas do Exercício de 1982*, Florianópolis, [1983].

- SANTA CATARINA. Governo do Estado, Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, Coordenação de Administração Financeira. *Prestação de Contas do Exercício de 1983*, Florianópolis, [1984].
- SANTA CATARINA. Governo do Estado, Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, Coordenação de Administração Financeira. *Prestação de Contas do Exercício de 1984*, Florianópolis, [1985].
- SANTA CATARINA. Governo do Estado, Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, Coordenação de Administração Financeira. *Prestação de Contas do Exercício de 1985*, Florianópolis, [1986].
- SANTA CATARINA. Governo do Estado, Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, Coordenação de Administração Financeira. *Prestação de Contas do Exercício de 1986*, Florianópolis, [1987].
- SANTA CATARINA. Governo do Estado, Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, Coordenação de Administração Financeira. *Prestação de Contas do Exercício de 1987*, Florianópolis, [1988].
- SANTA CATARINA. Governo do Estado, Secretaria da Fazenda, Coordenadoria de Administração Financeira. *Prestação de Contas do Exercício de 1988*, Florianópolis,[1989].
- SANTA CATARINA. Governo do Estado, Secretaria da Fazenda, Coordenadoria de Administração Financeira. *Prestação de Contas do Exercício de 1989*, Florianópolis,[1990].
- SANTA CATARINA. Governo do Estado, Secretaria da Fazenda, Coordenadoria de Administração Financeira. *Prestação de Contas do Exercício de 1990*, Florianópolis,[1991].
- SANTA CATARINA. Governo do Estado, Secretaria da Fazenda, Coordenadoria de Administração Financeira. *Prestação de Contas do Exercício de 1991*, Florianópolis,[1992].
- SANTA CATARINA. Governo do Estado, Secretaria da Fazenda, Coordenadoria de Administração Financeira. *Prestação de Contas do Exercício de 1992*, Florianópolis,[1993].

- SANTA CATARINA. Governo do Estado, Secretaria da Fazenda, Coordenadoria de Administração Financeira. *Prestação de Contas do Exercício de 1993*, Florianópolis,[1994].
- SANTA CATARINA. Governo do Estado, Secretaria de Estado da Fazenda, Diretoria de Contabilidade Geral. *Prestação de Contas –1994*, Florianópolis, [1995].
- SANTA CATARINA. Governo do Estado, Secretaria de Estado da Fazenda, Diretoria de Contabilidade Geral. *Balanço Geral do Exercício de 1995*, Florianópolis, [1996].
- SANTA CATARINA. Governo do Estado, Secretaria de Estado da Fazenda, Diretoria de Contabilidade Geral. *Balanço Geral do Exercício de 1996*, Florianópolis, [1997].
- SANTA CATARINA. Governo do Estado, Secretaria de Estado da Fazenda, Diretoria de Contabilidade Geral. *Balanço Geral do Exercício de 1997*, Florianópolis, [1998].
- SANTA CATARINA. Governo do Estado, Secretaria de Estado da Fazenda, Diretoria de Contabilidade Geral. *Balanço Geral do Exercício de 1998*, Florianópolis, [1999].
- SANTA CATARINA. Governo do Estado, Secretaria de Estado da Fazenda, Diretoria de Contabilidade Geral. *Balanço Geral do Exercício de 1999*, Florianópolis, [2000].
- SILVA, M.C. *A Dívida do Setor público Brasileiro: seu papel no financiamento dos investimentos público*. Rio de Janeiro, IPEA/INPS, 1976. 201p.

ANEXO A

ÍNDICES UTILIZADOS PARA ATUALIZAR A SÉRIE HISTÓRICA DAS RECEITAS E DAS DESPESAS E DÍVIDA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - RECURSOS DO TESOURO - 1964 A 1999.

ANO	IGP- DI (1999=100)	TAXA DE INFLAÇÃO
1964	0,00000000000445986940	91%
1965	0,00000000000699454572	57%
1966	0,00000000000964531409	38%
1967	0,00000000001238315148	28%
1968	0,00000000001538219598	24%
1969	0,00000000001857472723	21%
1970	0,00000000002225097532	20%
1971	0,00000000002677642824	20%
1972	0,00000000003140833824	17%
1973	0,00000000003609058501	15%
1974	0,00000000004644410429	29%
1975	0,00000000005939089447	28%
1976	0,00000000008388157675	41%
1977	0,00000000011965253126	43%
1978	0,00000000016601760044	39%
1979	0,00000000025551294334	54%
1980	0,00000000051157432611	100%
1981	0,00000000107370479579	110%
1982	0,00000000209851870954	95%
1983	0,00000000534136126985	155%
1984	0,00000001712531029295	221%
1985	0,00000005574632501506	226%
1986	0,00000013505591007732	142%
1987	0,00000043893170775129	225%
1988	0,00000344392570697165	685%
1989	0,00004886568382797560	1319%
1990	0,00138739253079428000	2739%
1991	0,00712112980407685000	413%
1992	0,07796409354463440000	995%
1993	1,71827951048371000000	2104%
1994	43,07178528565860000000	2407%
1995	72,12722266729280000000	67%
1996	80,12989922987440000000	11%
1997	86,46954642700380000000	8%
1998	89,83059691642800000000	4%
1999	100,00000000000000000000	11%

FONTE : FGV/RJ

Base: 1999=100

ANEXO B

ANEXO B - SANTA CATARINA - GOVERNO ESTADUAL 1964 - 1999 - EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA - RECURSOS DO TESOURO

ANO	DÍVIDA INTERNA	DÍVIDA EXTERNA
EM CR\$ 1964	771.791.089,30	671.251.091,80
EM CR\$ 1965	2.764.451.030,00	739.537.195,00
EM CR\$ 1966	2.758.736.215,00	1.036.657.195,00
EM NCR\$ 1967	1.091.790,34	5.108.963,33
EM NCR\$ 1968	44.460.648,09	2.043.629,93
EM NCR\$ 1969	43.375.578,84	1.717.335,98
EM CR\$ 1970	36.303.938,90	1.541.124,53
EM CR\$ 1971	92.100.900,17	92.286.161,60
EM CR\$ 1972	118.556.679,30	161.634.766,51
EM CR\$ 1973	107.965.795,74	137.723.083,01
EM CR\$ 1974	179.734.890,07	122.106.410,29
EM CR\$ 1975	432.160.475,00	336.559.640,14
EM CR\$ 1976	855.031.316,88	736.449.683,27
EM CR\$ 1977	1.318.096.814,36	1.123.610.285,71
EM CR\$ 1978	2.055.717.334,73	2.942.485.120,15
EM CR\$ 1979	3.795.817.780,15	6.754.216.347,61
EM CR\$ 1980	7.373.030.229,02	10.220.431.809,97
EM CR\$ 1981	25.217.429.844,39	22.679.996.096,21
EM CR\$ 1982	92.602.601.281,00	45.710.986.697,58
EM CR\$ 1983	270.246.862.211,50	221.816.079.265,00
EM CR\$ 1984	981.633.860.120,00	795.269.405.349,00
EM CR \$ 1985	3.697.230.347.746,00	2.694.383.290.698,00
EM Cz\$ 1986	6.395.687.315	4.310.557.064
EM Cz\$ 1987	66.892.517.223	21.528.554.667
EM Cz\$ 1988	711.050.142.300	232.360.556.180
EM NCz\$ 1989	15.027.011.954	3.645.747.138
EM Cr\$ 1990	185.623.185.392	30.645.427.845
EM Cr\$ 1991	1.040.149.985.769	193.813.604.069
EM Cr\$ 1992	13.075.144.430.787	2.339.279.345.561
EM CR\$ 1993	375.426.402.078	55.256.792.076
EM R\$ 1994	1.585.712.348	169.401.256
EM R\$ 1995	2.090.088.849	211.116.868
EM R\$ 1996	3.081.386.198	231.031.969
EM R\$ 1997	3.517.983.997	258.545.213
EM R\$ 1998	4.066.706.742	263.526.178
EM R\$ 1999	5.460.019.388	358.004.303

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda

Balanco Geral do Estado dos Exercícios de 1964 a 1999.

Obs : Valores a preços correntes na moeda da época

Elaboração : Márcia N.B.Brasil

ANEXO C - SANTA CATARINA - GOVERNO ESTADUAL 1964-1999 - EVOLUÇÃO DA DESPESAS ORÇAMENTÁRIA - RECURSOS DO TESOURO

ESPECIFICAÇÃO	continua													
	1964 Em C\$ 1,00	1965 Em C\$ 1,00	1966 Em C\$ 1,00	1967 Em NC\$ 1,00	1968 Em NC\$ 1,00	1969 Em NC\$ 1,00	1970 Em C\$ 1,00	1971 Em C\$ 1,00	1972 Em C\$ 1,00	1973 Em C\$ 1,00	1974 Em C\$ 1,00	1975 Em C\$ 1,00	1976 Em C\$ 1,00	1977 Em C\$ 1,00
DESPESA ORÇAMENTÁRIA														
DESPESAS CORRENTES														
Despesas de custeio	45.556.528.353,50	81.802.444.373,00	90.000.000.000,00	121.485.281,41	229.950.947,41	286.727.443,36	432.667.705,79	610.761.102,03	834.000.041,69	1.135.659.277,61	1.661.172.294,33	2.500.714.404,05		
Pessoal	24.649.965.967,60	44.584.323.111,00	51.640.313.000,00	82.450.450,71	118.135.789,77	165.997.377,07	283.689.036,48	363.942.734,19	508.973.830,30	709.190.775,19	944.330.181,64	1.343.540.361,05		
Pessoal Civil	18.458.011.302,00	31.908.917.175,00	34.475.106.320,00	61.630.825,03	87.476.193,58	121.432.767,95	176.104.532,57	231.477.651,05	283.987.615,52	374.511.200,01	502.864.095,14	745.391.210,84		
Pessoal Militar	15.608.885.020,80	26.390.212.651,00	27.472.072.680,00	52.540.761,29	75.719.416,86	106.173.672,06	156.292.420,25	195.165.373,02	243.774.351,03	320.579.268,71	430.006.567,08	650.243.451,49		
Obrigações Patronais												591.008.081,85		
Serviço de terceiros e encargos	514.982.706,80	1.415.107.666,00	2.421.284.000,00	4.197.534,39	4.103.714,68	4.586.306,78	3.485.103,90	5.881.677,26	9.580.022,80	18.835.465,21	25.588.469,72	37.062.916,60		
Remuneração de serviços pessoais														
Outros serviços e encargos	948.566.016,70	1.392.878.713,00	1.568.617.500,00		1.051.988,20	2.071.859,07	11.263.448,01	17.270.045,76	14.977.926,68	19.666.802,92	20.169.540,22	27.001.568,15		
Dev. de Conservação, Limp. Copa e Segur.														
Diversas despesas de terceiros e encargos														
Diversas Despesas de custeio	1.365.597.647,70	283.014.628,00	3.012.632.000,00	777.043,04	736.838,86	1.217.185,15	9.832.895,51	11.710.702,02	5.963.930,47	1.877.014,83	2.905.019,42	6.427.136,04		
Transferências Correntes	6.191.984.005,60	12.075.405.936,00	17.165.206.680,00	20.819.035,08	30.659.006,19	44.564.000,12	107.586.103,91	132.465.072,86	224.786.222,76	334.679.569,18	441.706.085,50	697.249.141,81		
Transferências Intragovernamentais														
Transferências Operacionais														
Pessoal e Encargos														
Dev. de Conservação, Limp. Copa e Segur.														
Contribuição para formação do FASEP														
Outras Despesas Correntes														
Subvenções Econômicas														
Pessoal e Encargos														
Outras Despesas Correntes														
Transferências Intragovernamentais														
Transferências a pessoas	2.207.798.693,30	5.817.118.078,00	4.947.613.500,00				287.948,52	2.323.366,91	1.965.279,04	1.290.037,33	1.103.085,14	604.330,86		
Indultos	1.980.000.000,00	3.961.946.571,00	3.048.700.000,00											
Pensionistas	55.471.543,90	216.004.985,00	293.000.000,00	8.810.990,00	14.948.032,05	21.493.310,98	32.189.221,24							
Salário Família	172.325.149,40	1.638.266.572,00	1.045.913.500,00	376.000,00	678.367,25	1.088.840,83	1.323.067,56							
Outras Transferências a pessoas	8.340.907,30	204.514.796,00	375.000.000,00	3.968.501,16	4.202.488,73	6.465.553,83	7.052.013,78							
Encargos de Dívida Externa														
Encargos de Dívida Interna														
Contribuição de Previdência Social	893.427.954,10	1.234.792.392,00	1.248.100.000,00	926.423,58	904.280,30	969.949,26	2.439.287,08	8.956.887,65	28.403.115,03	33.889.819,61	36.808.826,26	35.392.560,57		
Diversas Transferências Correntes	2.242.441.383,40	3.856.347.315,00	8.858.800.000,00	108.811,36	1.129.183,26	1.634.113,32	1.785.764,71	3.858.224,35	5.570.288,84	9.703.470,57	14.233.922,18	19.206.780,12		
DESPESAS DE CAPITAL														
Investimentos	20.906.832.355,90	37.218.121.262,00	38.359.687.000,00	3.826.918,70	5.155.298,00	1.634.113,32	59.095.179,91	61.135.362,05	117.588.649,76	197.781.510,46	269.003.221,05	335.388.900,68		
Transferências de Capital	16.673.361.414,80	2.992.105.947,00	4.720.837.000,00	39.038.820,70	111.824.047,84	120.720.888,26	148.978.099,31	246.848.437,52	325.316.803,36	426.468.502,42	716.542.112,69	1.165.974.942,40		
Transferências Intragovernamentais	2.006.241.141,10	31.317.685.107,00	30.813.850.000,00	33.380.943,86	104.013.602,96	100.638.072,96	131.745.594,07	155.626.369,38	241.751.403,33	286.445.189,06	496.261.935,25	820.260.038,97		
Transferências Intragovernamentais														
Amortização da Dívida Externa														
Amortização da Dívida Interna	45.302.839,30	67.621.362,00	173.000.000,00	451.714,42	3.176.180,40	2.916.224,23	7.536.404,08	24.585.579,95	48.477.478,38	65.786.832,24	73.316.108,81	190.567.373,15		
Outras Transferências de Capital	31.250.063.715,00	30.840.850.000,00	30.840.850.000,00	32.929.226,47	100.837.322,56	97.721.348,75	124.249.189,99			218.461.971,32	422.945.826,44	591.833.166,85		
Outras Despesas de Capital			2.825.000.000,00							40.187.256,36	13.462.720,00	42.490.896,00		

ANEXO C - SANTA CATARINA - GOVERNO ESTADUAL 1984-1989 - EVOLUÇÃO DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS - RECURSOS DO TESOURO.

ESPECIFICAÇÃO	1979 Em C\$ 1,00	1979 Em C\$ 1,00	1979 Em C\$ 1,00	1980 Em C\$ 1,00	1981 Em C\$ 1,00	1982 Em C\$ 1,00	1983 Em C\$ 1,00	1984 Em C\$ 1,00	1985 Em C\$ 1,00	1986 Em C\$ 1,00	1987 Em C\$ 1,00	1988 Em C\$ 1,00	continua
DESPESA ORÇAMENTÁRIA													
DESPESAS CORRENTES													
Despesa de Custeio	2.133.382.831,96	3.337.511.504,02	4.870.500.295,67	8.659.611.107,00	15.202.043.225,19	9.394.934.702,29	6.741.274.660,36	5.741.274.660,36	9.394.934.702,29	15.202.043.225,19	9.394.934.702,29	6.741.274.660,36	2.133.382.831,96
Despesa de Capital	1.133.873.089,73	1.627.525.733,92	2.443.882.633,67	4.155.799.864,00	7.988.663.923,28	20.151.889.361,99	48.321.817.876,00	98.132.817.876,00	20.151.889.361,99	48.321.817.876,00	98.132.817.876,00	20.151.889.361,99	1.133.873.089,73
Despesa Civil	965.710.921,44	1.340.432.011,63	1.967.822.024,54	3.268.019.621,73	6.492.973.102,60	16.915.134.967,51	37.933.133.757,03	77.065.133.757,03	16.915.134.967,51	37.933.133.757,03	77.065.133.757,03	16.915.133.757,03	965.710.921,44
Despesa Militar	840.300.271,08	1.194.360.789,44	1.729.493.553,10	2.940.195.535,82	5.583.437.306,47	11.520.517.861,83	33.359.567.249,20	69.765.494.522,51	11.520.517.861,83	33.359.567.249,20	69.765.494.522,51	11.520.517.861,83	840.300.271,08
Outorgas Patrimoniais	116.410.650,36	176.071.222,99	238.328.471,38	350.476.605,94	761.117.811,77	1.576.181.113,93	3.911.879.658,79	9.853.441.890,70	3.911.879.658,79	9.853.441.890,70	3.911.879.658,79	9.853.441.890,70	116.410.650,36
Serviço de terceiros e encargos	59.497.789,47	88.722.271,64	142.956.724,00	707.506.468,71	1.189.224.610,22	2.079.628.325,51	8.566.515.046,76	15.387.203.615,38	8.566.515.046,76	15.387.203.615,38	15.387.203.615,38	15.387.203.615,38	59.497.789,47
Remuneração de serviços pessoais	66.786.436,01	147.306.069,99	228.614.012,62	693.376.021,95	1.178.336.912,26	2.281.830.633,12	73.221.063,97	116.044.512,44	73.221.063,97	116.044.512,44	73.221.063,97	116.044.512,44	66.786.436,01
Outros serviços e encargos													
Outros serviços e encargos													
Despesa de Conservação, Limp, Copa e Segur.													
Despesas de terceiros e encargos													
Despesas de custeio	5.767.102,85	6.667.081,46	10.686.832,96	35.850.024,93	37.430.545,00	75.397.895,83	102.185.318,53	364.307.102,72	102.185.318,53	364.307.102,72	102.185.318,53	364.307.102,72	5.767.102,85
Transferências Correntes	999.519.762,23	1.709.885.770,50	2.426.617.602,00	4.503.811.243,67	10.009.875.747,90	17.007.403.983,13	59.687.511.102,87	113.295.886.350,54	59.687.511.102,87	113.295.886.350,54	59.687.511.102,87	113.295.886.350,54	999.519.762,23
Transferências Intragovernamentais													
Transferências Operacionais													
Pessoal e Encargos													
Contribuição para formação do PASEP													
Outras Despesas Correntes	250.638.722,32	372.794.671,48	536.978.201,10										250.638.722,32
Subvenções Econômicas	23.979.928,48	17.241.280,00	28.700.000,00	55.000.000,00	512.895.091,00	785.414.383,36	2.422.135.306,00	9.086.060.628,00	28.184.048.153,00	107.408.530,00	220.953.998,00	3.324.413.616,00	23.979.928,48
Pessoal e Encargos													
Outras Despesas Correntes													
Outras Transferências Intragovernamentais													
Transferências Intergovernamentais													
Transferências a pessoas													
Inativos	186.015.574,28	288.266.806,37	423.524.238,05	673.085.241,88	1.350.920.846,46	2.407.360.479,21	10.386.072.956,88	28.783.877.052,02	80.312.017.153,97	360.248.122.067,00	1.092.588.854,00	2.211.100.795,00	186.015.574,28
Pensionistas	10.597.790,39	19.448.860,94	25.140.410,48	58.402.844,15	130.183.000,00	281.744.426,48	1.178.709.716,94	13.979.722.752,63	29.565.976.278,41	99.273.675.275,00	923.866.739,00	21.840.598.623,00	10.597.790,39
Salário Família	41.845.302,95	52.417.860,82	67.828.147,87	98.551.772,16	193.571.026,12	357.692,00	5.548.182,93	11.841.928,55	32.388.769,54	99.842.158,00	228.433.089,00	1.086.684.507,00	41.845.302,95
Outras Transferências a pessoas	12.180.055,00	15.661.045,26	20.465.401,00	30.310.429,05	30.310.429,05	534.486.787,74	1.159.615.224,99	12.954.394.274,91	60.808.704.641,12	257.466.963.526,00	54.530.718,00	7.621.267.963,00	12.180.055,00
Encargos da Dívida Externa	64.267.078,00	110.621.863,51	158.730.320,51	391.300.452,53	481.702.574,02	1.302.911.148,74	3.047.300.042,08	6.519.678.008,13	15.799.432.026,61	33.004.216.339,00	73.064.223,00	149.464.223,00	64.267.078,00
Encargos da Dívida Interna	50.732.427,78	74.730.368,12	103.038.731,22	183.038.731,22	481.702.574,02	1.302.911.148,74	3.047.300.042,08	6.519.678.008,13	15.799.432.026,61	33.004.216.339,00	73.064.223,00	149.464.223,00	50.732.427,78
Contribuição de Previdência Social	21.133.556,43	25.920.419,60	45.180.557,68	83.432.300,11	172.008.831,20	314.623.839,63	473.004.216,38	1.161.274.576,39	5.351.769.578,00	2.388.711.372,00	422.750.595,00	1.492.454.660,00	21.133.556,43
Diversas Transferências Correntes	565.844.697,93	1.070.977.607,89	1.373.918.472,53	2.807.231.027,21	6.542.432.117,87	13.033.676.943,60	19.440.855.489,26	91.172.819.678,59	282.248.940.277,45	4.487.292.385,00	127.424.598,00	64.832.620.084,00	565.844.697,93
DESPESAS DE CAPITAL	1.620.688.271,45	2.403.763.159,34	3.580.874.918,89	6.542.432.117,87	13.033.676.943,60	19.440.855.489,26	91.172.819.678,59	282.248.940.277,45	4.487.292.385,00	127.424.598,00	64.832.620.084,00	64.832.620.084,00	1.620.688.271,45
Investimentos	48.651.242,94	70.026.413,03	267.231.027,21	4.923.459.911,40	9.342.229.976,11	13.033.676.943,60	19.440.855.489,26	91.172.819.678,59	282.248.940.277,45	4.487.292.385,00	127.424.598,00	64.832.620.084,00	48.651.242,94
Transferências de Capital													
Transferências Intergovernamentais													
Transferências Intragovernamentais													
Amortização da Dívida Externa	53.748.947,87	80.949.427,42	302.949.994,53	149.407.697,20	311.846.544,92	316.835.857,80	292.775.715,60	40.637.500,00	63.833.461,00	187.975.271,00	137.446.718,00	2.624.021.114,00	53.748.947,87
Amortização da Dívida Interna	25.803.575,00	1.038.809.423,00	1.688.293.636,88	2.940.751.099,21	1.739.029,01	6.500.428.120,20	3.841.288.477,42	22.938.380.385,21	391.336.896,00	416.484.177,00	2.024.021.114,00	2.024.021.114,00	25.803.575,00
Outras Transferências de Capital													
Outras Despesas de Capital	404.675.162,04	440.129.404,15	676.322.466,52	1.101.537.665,12	2.171.560.918,03	3.131.534.280,26	6.500.428.120,20	3.841.288.477,42	22.938.380.385,21	391.336.896,00	416.484.177,00	2.024.021.114,00	404.675.162,04

ANEXO C - SANTA CATARINA - GOVERNO ESTADUAL - 1984-1993 - EVOLUÇÃO DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS - RECURSOS DO TESOURO

ESPECIFICAÇÃO	1990 Em R\$ 1,00	1991 Em R\$ 1,00	1992 Em R\$ 1,00	1993 Em R\$ 1,00	1994 Em R\$ 1,00	1995 Em R\$ 1,00	1996 Em R\$ 1,00	1997 Em R\$ 1,00	1998 Em R\$ 1,00	1999 Em R\$ 1,00
DESPESA ORÇAMENTÁRIA										
DESPESAS CORRENTES										
Despesas de Custeio	4.989.707.700,00	140.114.890.400,00	545.555.696.614,00	6.905.088.971.451,00	128.808.182.430,00	1.617.969.846,00	2.618.310.864,00	3.338.633.708,00	3.524.089.895,00	3.114.071.079,90
Pessoal	3.692.241.598,00	114.537.321.110,00	457.281.701.541,00	4.884.971.188.191,00	115.050.516.610,00	1.119.787.769,00	2.180.440.640,00	2.738.328.852,00	2.738.328.852,00	2.738.328.852,00
Pessoal Civil	1.997.900.651,00	66.891.736.880,00	247.281.701.541,00	2.435.012.064.232,00	45.022.137.807,00	951.581.068,00	1.050.913.190,00	1.088.865.525,00	1.088.865.525,00	1.088.865.525,00
Pessoal Militar	1.694.340.947,00	49.018.093.329,00	176.419.160.000,00	2.450.000.124.059,00	35.534.447.615,00	383.618.147,00	783.317.582,00	807.895.083,00	1.294.460.775,50	1.294.460.775,50
Obrigações Patronais	156.642.483,00	7.452.222.735,00	24.341.972.621,00	1.442.420.295.398,00	29.828.628.772,00	335.914.250,00	636.509.610,00	710.027.502,00	1.009.220.227,83	1.047.806.883,91
Serviço de terceiros e encargos	1.770.574,00	44.110.224,00	24.341.972.621,00	243.769.917.105,00	5.558.916.732,00	56.979.536,00	119.810.565,00	127.498.518,00	138.965.822,00	187.250.071,28
Remuneração de serviços pessoais	197.248.510,00	5.039.627.865,00	31.781.340.740,00	694.019.947.914,00	81.024.336,00	2.624.356,00	27.966.951,00	11.414.017,00	12.034.620,00	15.532.544,59
Outros serviços e encargos	1.847.242,00	77.622.567,00	17.683.827,00	67.477.078.965,00	7.933.346.912,00	81.024.336,00	28.228.719,00	171.524.587,00	177.133.523,00	198.070.554,08
Outros serviços e encargos	196.401.265,00	4.931.935.381,00	31.603.656.963,00	657.277.868.949,00	7.711.105.317,00	2.841.368,00	4.113.400,00	3.982.240,00	4.480.716,00	6.361.660,91
Serv. de Conservação, Limp. Copas e Segur.					78.182.771,00		124.116.679,00	167.542.367,00	172.063.807,00	190.517.883,17
Demais serviços de terceiros e encargos				12.169.372.266,00	258.478.873,00	2.614.665,00	5.610.969,00	7.387.968,00	9.292.635,00	12.315.230,90
Diversas Despesas de custeio	64.058.050,00	1.557.473.386,00		95.103.496.063,00	7.452.086.498,00	75.588.106,00	118.504.710,00	160.154.399,00	62.411.172,00	173.202.462,77
Transferências Correntes	2.035.621.321,00	60.891.736.880,00	282.076.634.497,00	97.709.340.800,00	2.154.337.280,00	36.448.762,00	40.010.238,00	71.563.610,00	52.674.058,00	58.300.965,64
Transferências Intragovernamentais	576.570.154,00	15.535.901.301,00	61.245.728.985,00	2.431.290.320.955,00	59.428.384.812,00	618.884.812,00	1.228.884.101,00	1.655.386.337,00	1.649.463.327,00	1.651.725.955,22
Transferências Operacionais	366.271.814,00	10.958.587.250,00	33.795.867.793,00	229.987.340.576,00	11.478.083.767,00	113.080.464,00	219.909.423,00	247.109.565,00	263.717.248,00	110.656.380,76
Pessoal e Encargos	353.954.781,34	6.719.417.045,00	31.366.386.467,00	183.924.142.182,00	3.085.288.671,00	37.496.458,00	74.794.284,00	78.748.089,00	86.951.592,00	130.409.353,74
Serv. de Conservação, Limp. Copas e Segur.				132.762.621.823,00	2.279.370.254,00	20.726.080,00	35.481.319,00	41.524.722,00	36.053.457,00	0,00
Outras Despesas Correntes	1.894.705,52	77.179.110,00	375.995.424,00	1.503.967.989,00	65.583.162,00	602.571,00	854.119,00	1.248.965,00	2.026.762,00	0,00
Outras Despesas Correntes	10.422.247,00	3.770.900.801,00	2.054.516.902,00	61.140.266.131,00	61.140.266,00	935.394,00	1.072.254,00	1.201.745,00	2.026.762,00	0,00
Subvenções Econômicas	154.587.411,00	3.845.710.416,00	22.743.208.781,00	47.023.286.239,00	8.068.326.260,00	15.232.807,00	37.386.572,00	34.273.247,00	45.503.570,00	0,00
Pessoal e Encargos				0,00	7.838.325.950,00	47.928.062,00	118.945.637,00	118.277.549,00	129.885.475,00	112.577.582,46
Outras Despesas Correntes				0,00	228.042.670,00	16.028.313,00	2.954.833,00	2.216.642,00	1.120.045,00	4.078.800,30
Outras Transferências Intragovernamentais				46.063.188.394,00	326.426.820,00	11.627.631,00	24.174.669,00	47.860.085,00	45.569.636,00	0,00
Transferências Intragovernamentais	55.710.929,00	1.120.603.029,00	4.708.622.411,00	1.130.415.527.485,00	24.212.255.937,00	207.959.448,00	505.763.413,00	572.403.980,00	613.114.720,00	620.049.343,72
Transferências a pessoas	615.357.889,00	23.541.929.516,00	106.685.656.483,00	759.804.506.986,00	16.127.551.700,91	166.304.768,00	347.110.052,00	446.532.458,00	489.017.286,00	568.391.795,42
Inativos	831.594.872,00	18.759.830.344,00	62.505.052.011,00	652.082.163.750,00	15.007.860.914,00	143.759.012,00	328.169.433,00	428.942.981,00	489.978.689,00	551.772.408,07
Pensionistas	536.700.390,00	10.550.352.204,00	51.507.389.354,00	86.475.491.990,00	863.051.478,00	9.298.575,00	11.395.950,00	12.151.578,00	11.548.911,00	10.590.260,20
Salário Família	65.855.926,00	1.354.737.806,00	9.043.405.270,00	20.211.794.527,00	326.030.131,00	1.927.863,00	3.895.285,00	3.746.967,00	3.508.609,00	11.807.625,50
Outras Transferências a pessoas	2.473.439,00	817.923.866,00	1.871.811.856,00	1.035.056.719,00	116.899.131,00	1.325.008,00	3.895.285,00	3.746.967,00	3.508.609,00	581.083,15
Encargos da Dívida Externa	77.410.347,00	30.816.358,00	82.445.531,00	146.727.120.030,00	116.899.131,00	49.831.009,00	98.103.207,00	1.940.932,00	2.981.077,00	1.801.180,01
Encargos da Dívida Externa	69.059.905,00	6.091.221.236,00	37.623.891.363,00	3.705.651.408,00	61.140.266,00	15.232.807,00	37.386.572,00	34.273.247,00	45.503.570,00	0,00
Contribuição de Previdência Social	13.533.027,00	397.571.076,00	3.434.880.781,00	21.912.406.619,00	8.094.996,00	6.094.996,00	15.883.874,00	18.363.082,00	17.324.538,00	12.036.038,15
Diversas Transferências Correntes	52.087.128,00	1.868.653.043,00	9.556.889.751,00	21.912.406.619,00	338.309.892,00	6.094.996,00	15.883.874,00	18.363.082,00	17.324.538,00	12.036.038,15
DESPESAS DE CAPITAL										
Investimentos	1.307.596.102,00	25.577.578.290,00	88.273.888.073,00	1.720.176.986.260,00	23.757.678.811,00	408.212.030,00	22.896.443,00	4.440.003,00	41.100.563,00	58.448.088,78
Transferências de Capital	114.007.411,00	934.285.570,00	11.528.433.737,00	117.673.161.859,00	4.745.068.017,00	50.867.386,00	437.870.224,00	633.344.181,00	785.771.043,00	494.791.530,17
Transferências Intragovernamentais	1.147.233.868,00	24.115.001.020,00	74.409.380.888,00	1.519.570.838.663,00	17.936.622.515,00	437.216.386,00	361.574.981,00	60.885.833,00	43.587.427,00	154.938.787,48
Transferências Intragovernamentais	255.598.374,00	7.344.522.423,00	30.271.973.254,00	462.678.289.966,00	13.039.718.311,00	167.841.991,00	32.043.262,00	395.109.596,00	731.887.634,00	127.404.047,59
Amortização da Dívida Externa	25.625.735,00	1.023.802.671,00	5.678.203.945,00	67.007.610.790,00	1.237.455.088,00	14.107.329,00	35.381.489,00	295.068.511,00	552.335.170,00	83.622.833,56
Amortização da Dívida Externa	859.542.224,00	15.535.045.043,00	34.698.141.355,00	970.308.321.368,00	1.804.504.041,00	245.798.122,00	176.765.353,00	295.068.511,00	552.335.170,00	125.861.689,98
Outras Transferências de Capital	80.185,00	6.742.951,00	550.303.077,00	14.086.053.337,00	1.965.088.320,00	8.044.860,00	16.347.292,00	19.476.048,00	20.095.920,00	37.933.769,25
Outras Transferências de Capital	6.387.350,00	204.287.932,00	3.209.740.167,00	5.990.523.202,00	89.858.844,00	1.265.094,00	456.660,00	19.476.048,00	20.095.920,00	37.933.769,25
Outras Transferências de Capital	46.314.823,00	528.291.700,00	2.336.103.438,00	82.432.985.668,00	1.075.956.089,00	10.305.288,00	9.681.212,00	17.619.272,00	15.495.654,00	205.177.477,35

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda

Baturo Queiroz de Castro

Que Valerem as despesas correntes na moeda de época

Elaboração: Marcos Nunes Burpurg Brasil

ESPECIFICAÇÃO	Em C\$										Continua	
	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975
RECEITAS CORRENTES	42.570.710.284,00	08.921.480.480,00	89.830.000.000,00	176.247.764,59	178.645.406,64	241.550.511,56	381.140.020,05	481.115.342,60	680.742.439,14	990.716.080,09	1.416.938.825,84	1.808.239.030,38
RECEITA TRIBUTÁRIA	38.282.549.470,50	61.486.123.742,00	81.650.000.000,00	108.129.576,64	108.562.029,47	225.567.155,68	353.104.027,25	446.714.954,48	618.588.755,26	872.402.841,94	1.260.854.317,08	1.635.994.166,71
IMPOSTOS	22.861.808.031,50	37.405.321.182,00	48.000.000.000,00	102.184.418,35	180.647.244,14	214.077.613,42	336.165.699,17	415.839.970,39	579.440.183,92	855.869.475,01	1.239.092.090,45	1.604.529.662,72
Imposto Sobre o Patrimônio e a Renda												
Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis												
Estadual				850.019,19	1.462.537,09	1.746.682,00	2.074.937,45	2.709.499,20	4.300.681,38	9.018.381,29	14.215.180,94	19.010.706,97
Municipal												
Imposto Adicional sobre Lucros, Ganhos e												
Rendimentos de Capital												
Imposto Sobre Propriedade de Veículos Automotores												
Estadual												
Municipal												
Imposto Sobre a Transmissão "causa mortis"												
e Doação de Bens e Direitos												
Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação	59.192.946,00	83.368.870,00	110.000.000,00									
de Mercadorias e Sobre Prestação de Serviços												
de Transporte Interurbano e Intermunicipal												
e de Comunicação												
Estadual		32.199.080.457,00	44.200.000.000,00	87.406.119,83	158.173.472,20	212.400.836,57	333.730.555,46	413.003.179,39	575.072.823,22	840.651.091,72	1.224.876.009,51	1.585.518.975,75
Municipal							267.108.594,28	330.276.852,19	459.733.856,10	677.088.112,91	979.559.225,09	1.267.903.828,84
Cota Estado FUNDEF/ICMS							66.021.861,18	82.724.324,20	115.338.067,12	169.762.978,81	245.317.683,52	317.615.146,91
Cota Município FUNDEF/ICMS												
TAXAS	15.320.741.439,00	24.089.804.590,00	32.740.099.000,00	5.945.158,20	7.914.785,33	10.919.242,26	18.838.828,08	30.874.994,09	39.148.571,34	10.593.308,93	21.702.226,03	31.464.483,00
Taxa Pelo Exercício do Poder de Polícia							910.817,37	21.336.381,26	28.097.711,16	13.761.319,51	17.707.917,38	25.064.788,88
Taxa Pela Prestação de Serviços							7.768.810,71	9.338.602,83	11.050.840,18	2.832.049,42	3.864.309,25	5.769.695,11
RECEITA PATRIMONIAL	48.504.300,70			214.553,97	772.013,53	1.828.879,45	2.371.055,01	2.271.314,23	12.700.344,74	17.435.973,56	17.326.972,35	20.648.440,07
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.853.610.729,00	6.713.678.994,00	7.010.001.000,00	15.242.288,12	2.183.247,74	1.864.166,51	12.943.857,20	16.094.764,22	26.099.094,94	46.003.613,03	82.576.873,43	101.771.033,20
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	291.634.931,40	554.890.687,06	1.003.634.000,00	2.652.733,95	7.121.422,30	11.388.876,30	12.963.947,83	15.153.370,14	22.040.519,50	33.811.472,56	56.174.022,88	49.821.875,40
RECEITAS DE CAPITAL	33.431.564,30	4.308.382.693,00	61.000.000,00	10.508.953,19	68.364.099,51	41.840.728,12	40.270.077,50	123.730.094,36	204.305.251,87	125.507.088,11	247.960.150,41	644.182.205,46
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		4.145.538.757,00		7.925.741,21	35.228.099,96	1.218.443,94		76.900.931,68	128.876.842,02	14.709.586,43	67.607.090,42	421.652.336,16
Operações de Crédito Internas												
Operações de Crédito Externas												
ALÍENÇÃO DE BENS	32.656.637,00	160.065.810,00	60.000.000,00	143.899,68	224.527,88	346.369,24	406.410,06	1.650.019,06	2.403.312,34	506.093,50	1.124.027,43	3.010.752,54
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	774.957,30	728.128,00	1.000.000,00	2.436.312,30	32.831.371,67	40.235.913,24	39.863.099,84	45.179.713,02	73.311.097,51	110.291.388,18	149.229.032,56	263.719.116,76
TOTAL	42.613.141.878,80	73.227.823.173,00	90.000.000.000,00	136.756.717,78	247.030.376,15	283.391.237,68	421.411.077,15	604.846.007,05	885.137.897,01	1.095.224.048,80	1.894.898.876,25	2.752.421.235,94

ESPECIFICAÇÃO	RECEITAS CORRENTES - RENDIMENTOS DO TESOURO													Continua
	Em Cr\$ 1976	Em Cr\$ 1977	Em Cr\$ 1978	Em Cr\$ 1979	Em Cr\$ 1980	Em Cr\$ 1981	Em Cr\$ 1982	Em Cr\$ 1983	Em Cr\$ 1984	Em Cr\$ 1985	Em Cr\$ 1986	Em Cr\$ 1987	Em Cr\$ 1988	
RECEITAS CORRENTES	2.690.151.369,17	4.344.880.168,08	6.878.110.825,27	11.994.860.141,81	24.852.983.100,05	38.737.738.703,92	99.867.902.320,21	215.806.187.622,04	767.034.284.315,01	3.123.282.764.342,00	10.270.595.173,00	31.582.640.447,00	224.823.611.128,00	
RECEITA TRIBUTÁRIA	2.331.083.873,53	3.802.458.039,49	6.089.090.162,47	10.274.110.632,10	22.388.103.770,04	35.089.540.716,31	91.154.712.755,04	182.527.191.302,07	627.007.680.252,44	2.718.734.765.050,00	8.836.815.547,00	25.334.719.917,00	158.524.332.216,00	
IMPOSTOS	2.284.534.293,34	3.704.745.023,04	5.987.666.725,05	10.128.127.882,83	22.164.482.888,70	34.601.285.585,03	90.221.800.141,27	180.887.304.578,48	623.005.760.000,53	2.697.333.328.008,00	8.771.779.844,00	25.263.758.925,00	158.087.475.590,00	
Imposto Sobre o Patrimônio e a Renda	29.182.097,97	42.887.482,10	68.009.632,43	112.041.294,76	230.424.861,24	215.804.985,88	713.245.013,61	2.694.001.668,08	0.540.430.734,00	28.710.420.207,00	104.604.584,00	1.110.778.506,00	4.329.011.975,00	
Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis	29.182.097,97	42.887.482,10	68.009.632,43	112.041.294,76	230.424.861,24	215.804.985,88	713.245.013,61	2.694.001.668,08	0.540.430.734,00	28.710.420.207,00	104.604.584,00	1.110.778.506,00	4.329.011.975,00	
Estadual														
Municipal														
Imposto Adicional sobre Lucros, Ganhos e Rendimentos de Capital														
Imposto Sobre Propriedade de Veículos Auto														
Estadual														
Municipal														
Imposto Sobre a Transmissão "causa mortis" e Doação de Bens e Direitos														
Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação														
Estadual														
Municipal														
Colêta Estado FUNDEF/ICMS														
Colêta Município FUNDEF/ICMS														
TAXAS	48.546.580,19	67.713.015,55	101.112.437,42	145.982.749,27	223.820.881,85	408.563.131,11	932.852.611,77	1.020.886.723,79	4.301.808.242,91	19.401.430.242,00	65.035.603,00	79.690.694,00	438.856.647,00	
Taxas Pelo Exercício do Poder de Polícia	37.037.818,72	51.191.015,08	79.372.071,89	112.997.058,59	174.076.765,25				3.431.821.343,44		53.588.967,00	59.623.121,00	418.902.478,00	
RECEITA PATRIMONIAL	9.511.761,47	16.521.999,87	21.739.765,59	32.985.690,68	49.544.086,00				899.974.894,47		11.446.636,00	20.337.873,00	17.954.199,00	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	33.433.546,56	22.150.537,07	48.838.859,15	41.206.247,52	89.833.504,03	304.307,83	229.818.980,46	1.709.804,00	4.320.130,00	20.864.110,00	2.235,00	183.841,00	217.576.675,00	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	238.086.374,07	348.904.639,21	493.038.095,52	820.221.509,94	1.316.421.574,72	2.953.557.140,22	5.940.409.520,09	21.013.215.300,97	90.749.200.639,66	311.560.854.116,00	1.267.410.318,00	4.370.615.593,00	38.697.040.348,00	
RECEITAS DE CAPITAL	63.547.448,01	111.309.653,21	269.504.111,13	843.321.752,25	1.058.624.310,96	1.884.030.629,43	2.537.981.357,62	12.263.981.214,40	35.373.071.202,91	94.946.281.006,00	185.365.073,00	1.873.120.960,00	27.194.091.889,00	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.081.882.209,40	1.309.858.223,13	3.688.908.437,69	3.416.680.383,46	5.691.274.732,42	17.687.022.441,52	48.971.226.914,74	85.757.788.049,33	171.829.407.727,49	280.985.082.925,00	986.543.225,00	7.691.170.683,00	46.138.550.901,95	
Operações de Crédito Internas	648.164.189,76	593.764.681,63	2.729.420.504,03	2.105.482.412,10	3.392.497.477,73	13.183.816.729,91	39.503.560.249,10	89.629.707.180,23	120.109.880.487,60	134.504.542.778,00	974.478.081,00	7.656.852.685,00	46.104.568.408,95	
Operações de Crédito Externas	385.364.189,76	293.721.546,59	1.102.359.523,62	1.085.206.181,33	2.410.322.055,36	9.798.034.782,40	32.462.360.369,59	34.629.408.507,37	66.390.377.271,60	108.586.025.524,00	421.764.784,00	7.334.815.501,00	42.482.088.305,95	
Alienação de Bens	292.800.000,00	231.060.008,72	1.027.060.980,41	1.020.256.230,77	982.175.422,37	3.385.761.946,91	4.041.160.882,54	35.000.300.678,86	69.808.572.216,00	26.007.619.254,00	552.713.287,00	322.037.184,00	3.422.700.043,00	
ALIEAÇÃO DE BENS	3.834.415,43	4.616.698,49	4.416.627,30	5.614.007,67	4.612.471,74	79.635.085,18	50.537.130,89	4.232.059,80	27.980.081,85	448.021.442,00	12.065.184,00	4.317.998,00	31.492.583,00	
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	429.853.907,27	708.476.843,01	955.161.406,38	1.305.609.390,69	2.284.163.782,95	4.426.570.627,33	10.417.126.534,05	28.126.848.803,30	45.001.838.198,04	154.943.118.705,00	0,00			
TOTAL	3.748.033.571,63	5.051.738.392,11	10.697.109.202,96	15.407.546.525,27	30.514.257.892,47	57.424.761.235,14	146.834.126.224,95	311.653.975.971,37	628.600.692.042,50	3.413.268.447.297,00	11.286.138.398,00	39.243.811.130,00	270.759.892.119,95	

ESPECIFICAÇÃO	Em NC-5 1989	Em C-5 1990	Em C-5 1991	Em C-5 1992	Em CR-5 1993	Em R-5 1994	Em R-5 1995	Em R-5 1996	Em R-5 1997	Em R-5 1998	Em R-5 1999
RECEITAS CORRENTES	4.175.740.255,00	109.843.100.428,00	462.912.905.287,00	4.619.253.801.889,00	113.088.608.831,00	1.224.022.850,00	2.177.863.139,00	2.892.381.745,00	2.859.075.588,00	2.875.623.994,00	3.031.214.300,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	2.959.844.894,00	88.093.092.089,00	375.045.733.992,00	3.600.827.885.112,00	80.544.476.170,00	632.904.919,00	1.740.263.411,00	1.987.870.905,00	2.089.260.997,00	2.100.009.853,00	2.357.003.695,00
IMPOSTOS	2.940.218.120,00	88.284.189.595,00	373.137.377.917,00	3.600.827.885.112,00	79.872.887.735,00	927.193,00	1.720.978.898,00	1.986.024.872,00	2.088.527.861,00	2.097.411.356,00	2.354.390.288,00
Imposto Sobre o Patrimônio e a Renda	49.520.993,00	3.263.805.528,00	13.116.223.740,00	178.017.917.422,00	3.009.897.123,00	33.663.940,00	77.020.074,00	92.553.801,00	115.254.348,00	134.483.457,00	150.549.633,00
Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis	1.763.995,00	10.277.172,00	50.912.834,00	439.787.200,00	4.954.318,00	48.888,00	124.903,00	131.720,00	138.830,00	149.212,00	157.997,00
Estadual	881.777,00	9.638.588,00	20.468.417,00	219.883.600,00	2.477.159,00	24.444,00	62.452,00	65.895,00	66.415,00	73.100,00	78.984,00
Municipal	882.218,00	9.638.589,00	20.468.417,00	219.883.600,00	2.477.159,00	24.444,00	62.451,00	65.895,00	66.415,00	73.100,00	78.983,00
Imposto Adicional sobre Lucros, Ganhos e Rendimentos de Capital	10.097.825,00	678.498.422,00	2.170.089.376,00	34.425.786.708,00	288.134.378,00	49,00	2.208,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imposto Sobre Propriedade de Veículos Auto.	32.868.054,00	2.400.741.040,00	10.284.055.628,00	133.089.884.235,00	2.549.093.642,00	31.540.793,00	71.748.511,00	86.478.538,00	107.637.724,00	127.654.427,00	123.148.705,00
Estadual	10.496.327,00	1.200.370.520,00	5.142.027.811,00	66.548.442.128,00	1.273.031.834,00	15.774.636,00	35.874.309,00	43.239.393,00	53.818.930,00	63.977.348,00	61.574.092,00
Municipal	10.496.327,00	1.200.370.520,00	5.142.027.811,00	66.548.442.128,00	1.273.031.834,00	15.774.636,00	35.874.309,00	43.239.393,00	53.818.930,00	63.977.348,00	61.574.092,00
Imposto Sobre a Transmissão "causa mortis" e Doação de Bens e Direitos	4.686.489,00	187.290.892,00	611.105.940,00	7.095.079.221,00	166.744.785,00	2.054.780,00	5.153.394,00	5.923.539,00	7.477.794,00	6.382.818,00	7.241.981,00
Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação											
Estadual											
Municipal											
Cota Estado FUNDEF/ICMS											
Cota Município FUNDEF/ICMS											
TAXAS	19.426.774,00	408.892.524,00	1.909.356.076,00	22.734.372.837,00	871.588.444,00	5.802.880,00	10.713.513,00	1.946.036,00	2.733.136,00	2.598.495,00	3.213.397,00
Taxas Pelo Exercício do Poder de Polícia	18.721.476,00	399.372.749,00	1.829.480.045,00	21.098.216.710,00	867.670.504,00	5.843.851,00	10.713.513,00	1.946.036,00	2.733.136,00	2.598.495,00	3.213.397,00
Taxas Pela Prestação de Serviços	705.298,00	9.519.775,00	76.876.030,00	768.156.127,00	3.917.940,00	159.229,00	17.625.075,00	2.865,00	2.733.136,00	2.598.495,00	3.213.397,00
RECEITA PATRIMONIAL	21.346.691,00	156.358.807,00	401.369.094,00	44.951.254.897,00	11.049.057.268,00	56.993.832,00	24.910.713,00	28.179.410,00	94.939.352,00	118.494.836,00	114.78.774,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	458.293.696,00	17.633.037.507,00	75.842.420.292,00	677.269.328.984,00	20.121.570.689,00	186.768.133,00	373.285.918,00	478.857.261,00	533.784.622,00	591.690.948,00	595.401.924,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	738.405.044,00	3.360.142.031,00	11.622.441.939,00	306.175.328.876,00	2.271.504.095,00	47.235.675,00	39.373.099,00	117.374.204,00	131.390.615,00	95.448.357,00	60.726.947,00
RECEITAS DE CAPITAL	922.378.168,00	12.167.048.151,00	24.922.618.760,00	725.238.199.303,00	4.112.876.104,00	251.635.190,00	157.216.315,00	971.011.886,00	510.440.303,00	90.847.551,00	301.483.411,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	884.172.123,00	11.985.691.897,00	24.897.160.760,00	724.530.126.303,00	3.332.363.767,00	242.455.011,00	145.238.555,00	939.022.766,00	485.385.725,00	45.863.484,00	284.553.648,00
Operações de Crédito Internas	816.355.216,00	11.440.556.313,00	21.274.918.221,00	688.758.816.095,00	3.332.363.767,00	242.455.011,00	113.870.030,00	911.763.757,00	462.423.732,00	1.108.970,00	268.754.000,00
Operações de Crédito Externas	77.816.907,00	545.105.554,00	3.622.242.539,00	37.773.313.208,00	3.332.363.767,00	29.300.897,00	31.368.525,00	27.238.990,00	32.960.963,00	44.784.814,00	15.706.648,00
ALIEIAÇÃO DE BENS	28.206.045,00	181.346.284,00	26.458.000,00	705.980.000,00	780.482.337,00	6.910.829,00	750.240,00	11.800,00	8.445.811,00	32.922.160,00	16.926.795,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL											
TOTAL	5.098.127.423,00	122.010.148.570,00	487.835.814.047,00	5.844.489.811.172,00	118.099.484.935,00	1.475.658.049,00	2.335.079.454,00	3.583.872.720,00	3.369.524.889,00	2.966.471.545,00	3.332.897.711,00

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda

Balanco Geral do Estado

Obs.: Valores e preços correntes na moeda de época.

Elaboração: Marcia Nunes Bugaral Brasil